

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CAMILLA MARTINS PEREIRA

**O IMPACTO DO NACIONALISMO NA POLÍTICA EXTERNA DA COREIA
DO SUL PARA O JAPÃO: UMA REVISÃO DO PERÍODO 2003 – 2013**

Porto Alegre

2021

CAMILLA MARTINS PEREIRA

**O IMPACTO DO NACIONALISMO NA POLÍTICA EXTERNA DA COREIA
DO SUL PARA O JAPÃO: UMA REVISÃO DO PERÍODO 2003 – 2013**

Trabalho de Diplomação submetido ao curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Erico Esteves Duarte

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Pereira, Camilla Martins
O Impacto do Nacionalismo na Política Externa da
Coreia do Sul para o Japão: uma revisão do período
2003 - 2013 / Camilla Martins Pereira. -- 2021.
75 f.
Orientador: Erico Esteves Duarte.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Nacionalismo. 2. Política Externa. 3. Ásia. 4.
Coreia do Sul. 5. Japão. I. Duarte, Erico Esteves,
orient. II. Título.

CAMILLA MARTINS PEREIRA

**O IMPACTO DO NACIONALISMO NA POLÍTICA EXTERNA DA COREIA
DO SUL PARA O JAPÃO: UMA REVISÃO DO PERÍODO 2003 – 2013**

Trabalho de Diplomação submetido ao curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 3 de maio de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Erico Esteves Duarte - Orientador

UFRGS

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

UFRGS

Prof. Dr. Marco Cepik

UFRGS

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discutir as relações exteriores da Coreia do Sul no que tange ao Japão. A pesquisa descreve o panorama das interações no período de 2003 a 2013, retomando elementos históricos e o fenômeno de nacionalismo, os quais contribuem para a explicação das políticas bilaterais adotadas nas épocas e à dificuldade de construção de acordos de cooperação em matérias de segurança entre os dois. Para tanto, o trabalho é dividido em três partes. A primeira parte é composta por uma descrição dos objetivos e da organização estrutural da formulação de política externa na Coreia do Sul, identificando quais os constrangimentos internos e atores envolvidos no processo. O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica utilizada para analisar o fenômeno de nacionalismo e os estilos dos presidentes em exercício no período estudado, incluindo um estudo sobre as teorias explicativas correlacionadas com o caso coreano. A terceira seção aplica os conceitos apresentados à construção da identidade dos sul-coreanos para compreender as particularidades do fenômeno no país e quais os elementos que o estimulam na população no período mencionado. Por meio deste trabalho procurou-se identificar o nível de contenção dos presidentes a restrições domésticas provenientes do nacionalismo, principalmente em tempos de vulnerabilidade política, bem como a diplomacia da raiva empregada como instrumento de legitimação externa e interna de seus governos. Após essa descrição do cenário, conclui-se que as relações Seul-Tóquio oscilam entre tentativas de cooperação e conflito, apresentando elementos internos que resultam em uma dificuldade latente em estabelecer uma aliança duradoura e significativa entre os dois países quando acionados.

Palavras-chave: Política Externa. Coreia do Sul. Japão. Nacionalismo.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the foreign relations of South Korea towards Japan. The research presents an outlook of the period 2003 - 2013, briefing some historical elements that support the phenomenon of nationalism and how it helps to understand the bilateral policies adopted during this period, hampering the deployment of cooperation agreements on security topics between the two countries. This paper is divided into three parts. The first consists of a description of the objectives and the structural organization of decision making on foreign policy in South Korea, identifying which are the internal constraints and players involved. The second chapter describes the theoretical basis used to analyze the phenomenon of nationalism and the style of presidents in office during the period studied, including some theories and concepts correlated with the Korean case. The third chapter applies these concepts to South Korean national identity to understand the peculiarities of Korean nationalism and what elements can trigger it. Throughout this study, it was identified the level of restraining of Korean presidents when facing domestic restrictions, especially in times of political vulnerability, as well as the diplomacy of anger used as an instrument for external and internal governments' legitimation. After this description of the scenario, it is concluded Seoul-Tokyo relations oscillate between attempts at cooperation and conflicts due to domestic restrictions that result in a latent hamper to lasting and significant alliances between the two countries.

Keywords: Foreign policy. South Korea. Japan. Nationalism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 O MODELO SUL-COREANO DE POLÍTICA EXTERNA.....	11
2.1 A ESTRUTURA INTERNA SUL-COREANA PARA POLÍTICA EXTERNA	14
2.2 CONDICIONANTES E MODELO DE PROCESSO DECISÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA	18
3 INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA E NACIONALISMO.....	23
3.1 TEORIAS ACERCA DO FENÔMENO DO NACIONALISMO NA COREIA DO SUL	23
3.2 O FENÔMENO DO NACIONALISMO NA POLÍTICA EXTERNA.....	28
3.3 MODELO DE INTERPRETAÇÃO DOS ESTILOS DE LIDERANÇAS.....	35
4 ANÁLISE DO CASO SUL-COREANO DE POLÍTICA EXTERNA PARA O JAPÃO.	41
4.1 A IDENTIDADE SUL-COREANA CONTEMPORÂNEA E SUA RELAÇÃO COM O JAPÃO	43
4.2 AS POLÍTICAS EXTERNAS SUL-COREANAS NO PERÍODO 2003 - 2013.....	51
4.2.1 O governo de Roh Moo-hyun (2003 – 2008).....	51
4.2.2 O governo Lee Myung-bak (2008 – 2013)	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

O continente asiático é um espaço alvo de constante atenção do mundo e movimentações geopolíticas. Dentre as interações vistas no continente, as feridas do imperialismo japonês sobre alguns países da Ásia ainda são visíveis no contexto contemporâneo. A relação diplomática inquieta entre a Coreia do Sul e o Japão é um dos casos que exemplificam essa questão. Historicamente, a península coreana foi região de disputas entre potências regionais e extrarregionais, podendo se citar entre esses países a China, país sob o qual a Coreia foi estado-vassalo por séculos, e outros na história moderna, como Estados Unidos, Rússia, França e o Império Japonês. Durante o período entre 1910 e 1945, a Coreia foi ocupada e colonizada por forças nipônicas, marcando profundamente as dinâmicas futuras do país com o exterior.

A relação entre os dois países só foi restabelecida por meio de um tratado bilateral assinado em 1965 por uma Coreia do Sul enfraquecida economicamente para a qual o investimento estrangeiro possibilitado pelo tratado era uma necessidade maior do que discutir compensações pela guerra e pela exploração da população. A contrapartida coreana ao auxílio financeiro proposto pelo tratado incluía abdicar de futuros pedidos de compensação financeira, isto é, colocar um ponto final na questão. Isso, porém, foi feito sem consultas à população ou maiores negociações, consequentemente os pontos de animosidade entre os dois países nunca foram plenamente resolvidos.

Os episódios de controvérsias acerca de questões, que repetidamente retomavam o passado, se seguiram nas décadas seguintes. Ao mesmo tempo, as relações econômicas, políticas e securitárias entre os dois países também cresceram expressivamente ao longo dessas décadas, sendo ambos aliados estratégicos dos Estados Unidos para contenção da Coreia do Norte e, mais recentemente, a China. Nas últimas duas décadas, no entanto, percebe-se um recrudescimento desses litígios. Em 2018, na área econômica-comercial, por exemplo, a justiça coreana condenou grandes empresas japonesas (Mitsubishi e Mitsui) por violações cometidas no passado, ao passo que o Japão, em retaliação, estabeleceu barreiras comerciais a exportações de insumos importantes à indústria de tecnologia coreana (PAUTASSO; NOGARA, 2019). Essas restrições direcionadas à Coreia do Sul somadas a remoção de alguns incentivos comerciais antigos por parte do Japão atingiram severamente grandes conglomerados coreanos, como a Samsung. É importante ter em mente que a Coreia do Sul é o segundo maior parceiro comercial do Japão em termos de exportação. Os efeitos dessas políticas

respingaram em outras áreas, inclusive a área do turismo e até mesmo na área securitária, com a não renovação do Acordo Geral de Informação Militar (GSOMIA) e a realização de exercícios militares coreanos em torno das ilhas de Dokdo (nomes para os coreanos), chamada de Takeshima pelos japoneses.

As relações complexas entre os dois países, portanto, são um tema que os acompanha até o presente. Justifica-se assim um interesse em compreender as origens e o desenvolvimento desses processos, fornecendo uma descrição de um fenômeno pouco estudado pela Academia brasileira e elementos para estudos posteriores sobre o tema. Para tanto, optou-se por restringir o espaço temporal de estudo ao período entre os anos de 2003 a 2013, o qual engloba dois mandatos presidenciais de perfis e partidos opostos ideologicamente, com objetivos claros e maior disponibilidade de dados: Roh Moo-hyun (2003 – 2008) e Lee Myung-bak (2008 – 2013). A escolha por esse período temporal também foi feita tendo em conta episódios importantes tanto para as ilhas Dokdo/Takeshima como para o tratado GSOMIA que ocorreram nesses dois governos, embora as controvérsias não se restringissem a eles. Também se considerou as mudanças de política para Ásia adotadas no cenário mundial - em particular, os Estados Unidos -, que resultaram em mudanças de postura e na forma de atuação dos países asiáticos, principalmente a Coreia, a fim de se adaptar a esse novo contexto.

Tendo esse cenário em vista, a questão levantada pelo presente trabalho foi se seria possível afirmar que as rivalidades históricas motivadas pelo nacionalismo de fato atingem as esferas diplomáticas e securitárias das relações entre os dois países. A hipótese apresentada é que o fenômeno do nacionalismo estaria presente na construção da identidade sul-coreana desde a colonização japonesa (1910 – 1945), passando pela consolidação do país no pós-Guerra da Coreia (1950 – 1953) e resultaria em limites domésticos a capacidade de articulação e de política externa dos líderes sul-coreanos nos dois mandatos presidenciais analisados.

Os objetivos do trabalho foram, primeiramente, entender o nacionalismo no contexto sul-coreano, quais mecanismos podem ativá-lo na população em geral e sua força sobre a política externa do país. Segue-se uma revisão dos dois mandatos e perfis dos presidentes supramencionados, a fim de entender seu nível de reação às restrições políticas do ambiente - se as respeitam ou desafiam -, bem como seu grau de abertura a informações e quais suas motivações políticas, compreendendo, se seus mandatos são dirigidos por sentimentos de nacionalismo ou se são motivados por pressões do ambiente a assim transparecerem. Além disso, como objetivo também se incluiu entender se os presidentes reagem desse modo apenas em situações de vulnerabilidade

doméstica, ou seja, quando os índices de aprovação de seus governos estão baixos ou algum processo ou denúncia contra o seu nome ou pessoas próximas está em andamento. Com isso, espera-se descrever o cenário geral de política externa da Coreia do Sul para o Japão no tocante às restrições internas que possam existir e, assim, explicar a ocorrência das controvérsias políticas e consequências econômicas citadas anteriormente.

A fim de alcançar esses objetivos, foi adotado um referencial teórico que inicia com um levantamento dos estudos de nacionalismo em geral e aplicados a países, bem como as duas principais modalidades de nacionalismo presentes no contexto sul-coreano. Também se apresenta brevemente, a título de conhecimento, um fenômeno ainda emergente e de pouca expressividade no campo política no período de 2003 a 2013, mas já com alguma parcela de atuação na opinião pública do país, o chamado novo nacionalismo cultural globalizado. A partir do entendimento dos conceitos de nacionalismo, adotam-se também algumas teorias interessantes para a compreensão da força do nacionalismo sobre a tomada de decisões de política externa. Nesse sentido, foram empregadas as teorias de diplomacia da raiva de Hall e do nacionalismo anticolonial de Miller, os quais ajudam a entender, respectivamente, como os líderes transmitem a ideia de que uma violação a um princípio fundamental daquele país foi cometida e as consequências e vieses políticos que Estados-nação outrora colonizados carregam para a arena política mesmo após a independência. O trabalho também se propõe a entender as reações dos líderes do Executivo a fim de compreender o perfil desses indivíduos e sua forma de articulação adotada doméstica e internacionalmente, visto que a literatura prévia os aponta como os principais, e quase exclusivos, tomadores de decisão nessa área.

Para tanto, o trabalho inicia com uma revisão da organização estrutural sul-coreana e de qual modelo, objetivos e atores estão envolvidos na formulação da política externa do país. No capítulo seguinte, se apresenta o referencial teórico encontrado na literatura para estudar o nacionalismo em outros países e o que já foi escrito acerca do fenômeno no caso particular da Coreia do Sul. Na sequência, se estabelecem teorias que ajudam a entender como o nacionalismo pode influenciar a política externa de um país e formas de identificar essa ocorrência, acompanhada por uma revisão da teoria dos estilos de liderança proposta por Hermann (2013) que conclui o capítulo. A aplicação das teorias a formação da identidade nacional sul-coreana e nos casos dos dois mandatos do período previamente definido compõem o capítulo quatro, o qual é seguido por algumas considerações finais e possibilidades de ensaios futuros sobre o tema.

2 O MODELO SUL-COREANO DE POLÍTICA EXTERNA

Ao estudar o modelo de tomada de decisão de política externa de um país é importante entender quais os fatores de influência envolvidos no processo. No caso da política externa, os fatores de influência parecem englobar elementos internos e externos. É importante considerar, em primeiro lugar, que a política externa do país foi fortemente influenciada pelos riscos e ameaças externas identificadas pelos sul-coreanos sobre si. Historicamente, a Península Coreana foi um território estratégico de acesso ao Leste Asiático para diversos países, tornando-a objeto de disputas por potenciais regionais e extrarregionais. Por conta disso, a Coreia manteve ao longo da história uma postura de desconfiança em relação a povos estrangeiros, reforçada significativamente em meados do século XX a partir da ocupação da região por duas superpotências hostis entre si – EUA e URSS – logo após a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), quando se acreditava que o fim dos mais de trinta anos de colonização japonesa seria o último capítulo de ocupação estrangeira do país.

A ocupação pelas duas superpotências e construção de dois polos, um capitalista e outro socialista, ambos reivindicando legitimidade exclusiva sobre todo o território foi um dos fatores que reforçou a importância da política externa para a classe política sul-coreana. Os dois projetos distintos para a península reforçaram não apenas a polarização e o tensionamento social, como também a competição entre as duas Coreias na arena diplomática. A polarização e o antagonismo entre os dois lados foram obviamente potencializados pela Guerra da Coreia (1950 – 1953), responsável também pela internacionalização dessa competição; embora se tratasse de uma guerra civil, a disputa tomou enormes proporções com a participação da recém criada Organização das Nações Unidas (ONU) e o envolvimento direto das maiores potências da época no conflito, tornando a Guerra da Coreia o conflito civil internacionalizado mais emblemático da Guerra Fria (CUMINGS, 1997). O envolvimento da ONU na Guerra foi através do envio de uma força de combate para atender a emergência da ocupação do Sul pela Coreia do Norte. Esta intervenção foi fundamental para a retomada dos territórios ocupados e consolidação da frágil nação recém estabelecida, a República da Coreia (Coreia do Sul).

No decorrer das décadas seguintes ao armistício de 1953, três temas destacaram-se como centrais para a política externa do país. O primeiro é a busca por legitimidade,

entendida pelos sul-coreanos como o reconhecimento de Seul como o governo legítimo pelo maior número de países da comunidade internacional, e não o governo de Pyongyang. Esse objetivo teve origem na divisão da Península e posteriores eleições nos dois lados, as quais contaram com observadores da ONU apenas no Sul, motivo pelo qual, na época, apenas a República da Coreia foi reconhecida como um governo legítimo pela Assembleia Geral da ONU. Essa decisão do órgão serviu como instrumento político da Coreia do Sul em suas reivindicações de legitimidade sobre toda a península. Porém, a existência dos dois regimes na região incorria inevitavelmente na legitimidade de nenhum dos dois ser garantida ou plenamente consolidada (KOH, 2001).

A Guerra da Coreia é interpretada por muitos analistas como uma tentativa de cada lado estabelecer um domínio final sobre a região, no entanto o armistício que pausou as agressões até hoje apenas transferiu a competição por legitimidades dos dois países ao campo internacional. O reconhecimento *de jure* pelo maior número de países tornou-se elemento chave para ambos os lados consolidarem a sua legitimidade ao passo que também lutavam pelo não reconhecimento do adversário. A Doutrina Hallstein¹ estabelecia que um Estado deveria reconhecer um ou outro, nunca os dois simultaneamente. Ao longo dos anos, contudo, tornou-se clara a inviabilidade desse modelo de legitimidade exclusiva, de modo que vários países passaram a reconhecer ambos os regimes como duas unidades independentes. Uma segunda doutrina, a partir disso, pregava a legitimidade relativa, ou seja, cada um dos lados buscou angariar mais apoio na arena internacional do que o outro, embora ambos fossem reconhecidos por um mesmo país (KOH, 2001). Esse objetivo, de longo prazo, permanece até o presente na Coreia do Sul, perpassando distintos governos e concepções de política externa.

Dado o contexto de hostilidades regionais, é razoável imaginar que a segurança é o segundo ponto chave para a política externa de Seul. Diretamente ligada à legitimidade, sua segurança em relação aos países do seu entorno, em especial, mas não exclusivamente, o Norte, a partir da metade do século XX, segue como um fator importante de destacar em qualquer trabalho sobre política externa da Coreia do Sul. Embora o fim do regime soviético no início dos anos 1990s tenha afetado a capacidade do vizinho ao Norte, o país manteve uma capacidade militar convencional considerável e desenvolveu armas nucleares. Assim, os dois principais componentes da política de

¹ A Doutrina Hallstein surgiu na República Federal Alemã (Alemanha Ocidental) e regeu as relações exteriores do país entre 1955 e 1969. A doutrina estabelecia que o país do lado ocidental não manteria relações com países que reconhecessem a Alemanha Oriental (GARCÍA-ZIEMSEN, 2014).

segurança, no período pós armistício, têm sido manter certo nível de aproximação com os norte-americanos a fim de garantir a proteção do Sul em caso de urgência e dissuadir possíveis ofensivas do Norte; bem como promover a modernização do aparato militar sul-coreano, também com assistência dos Estados Unidos (KOH, 2001).

O terceiro objetivo principal de longo prazo para o país é o desenvolvimento, principalmente o econômico. Além da importância nas primeiras décadas do pós Guerra de reduzir a pobreza e a dependência externa do país, há também uma perspectiva securitária de desenvolvimento, pela qual melhorar a qualidade de vida implicaria em maior segurança. Mesmo com alta dependência da importação de armas, por exemplo, há uma intenção de ampliar a capacidade militar do país por meio do desenvolvimento de sua indústria de base, ampliando a geração nacional de equipamentos militares (KOH, 2001). Nesse sentido, dois países seriam centrais para a diplomacia econômica e militar sul-coreana, os EUA e o Japão. Dois países com os quais a Coreia do Sul, por várias linhas de interpretação, teria fortes incentivos nas áreas de segurança e economia para fortalecer alianças (WIEGAND, 2015). Conquanto seja inegável o peso desses dois Estados para a política externa da Coreia do Sul, a relação do país com ambos é marcada por fortes incentivos à aproximação, seguidos por movimentos que defendem maior autonomia e, no caso japonês, elementos de atrito prejudiciais para essas relações potenciais serem plenamente aceitas e adotadas. O presente trabalho demonstrará como esses objetivos são recorrentemente comprometidos ou prejudicados em alguma medida por questões de curta e longa data relacionadas às relações da Coreia do Sul com o Japão.

Embora a dependência militar esteja presente desde o governo Syngman Rhee (1948 – 1960), têm destaque alguns esforços do governo Park Chung Hee (1961 – 1979) para normalização das relações com o Japão, com a ideia de estimular a autossuficiência do país - e a autonomia por conseguinte -, por meio dos montantes de investimentos, capital e tecnologias japonesas direcionados à nação; estratégia que se mostrou no médio prazo ineficiente e, ao fim e ao cabo, resultou na maior dependência do país de recursos externos. O autoritarismo no Sul que se seguiu no pós Guerra da Coreia, especialmente as “reformas revitalizantes” promovidas na década de 1970, criaram mais mecanismos autoritários, que, se por um lado estabeleceram o controle interno repressivo, por outro lado, dificultaram a política externa do país, na medida em que os abusos dos direitos humanos tornavam difícil a tarefa de defesa dos EUA do regime em Seul como contraponto ao regime comunista da Coreia do Norte. A resiliência do presidente Park em não suavizar esses mecanismos por pressão externa demonstra

algum esforço de autonomia, embora violasse nitidamente os direitos humanos. Para alguns autores, é inegável a autonomia de Seul nas décadas mais recentes no tocante à política externa. A respeito desse tema, Koh (2001) destaca que:

Qualquer um que tenha dúvidas persistentes sobre a capacidade autônoma de Seul na política externa precisa apenas ser lembrado de que foi Seul que deu luz verde a Washington e Tóquio para ajustar suas respectivas políticas em relação a Pyongyang em uma direção pragmática, e não o contrário (KOH, 2001, p. 245).

O pragmatismo é o terceiro fator almejado e frequente na política externa de Seul, entretanto é mais presente no campo tático e operacional. No campo estratégico, percebe-se certo nível de assertividade nos anos pós Guerra Fria, exemplos disso podem ser visualizados na postura intransigente em alguns momentos em relação ao Japão, nas desavenças com Washington em relação ao armistício, bem como a adesão à Doutrina Hallstein (KOH, 2001). Ou seja, embora seja um objetivo extremamente interessante e desejado pelos governos do país, foi frequentemente inviabilizado ao longo da sua história.

Nos capítulos seguintes e subcapítulos subsequentes deste estudo se procurará apresentar mais profundamente quais os elementos internos de influência para a tomada de decisão de política externa, incluindo os agentes responsáveis pela sua formulação e implementação, bem como os fatores endógenos e exógenos capazes de impactar nessas decisões. Para tanto, é apresentado um panorama das estruturas internas, estabelecidas e suportadas pela Constituição promulgada em 1948 e revisada em 1987, assim como os mecanismos de comunicação entre os distintos canais e órgãos que compõem o quadro geral da diplomacia do país.

2.1 A ESTRUTURA INTERNA SUL-COREANA PARA POLÍTICA EXTERNA

O sistema presidencialista sul-coreano em um primeiro momento parece se assemelhar com o de outros países, como Brasil e EUA. Entretanto, o país apresenta particularidades principalmente no tocante à relação entre Assembleia Nacional e o poder Executivo. A Assembleia tem uma influência limitada na política externa do país, sendo as diretrizes adotadas pela Coreia do Sul diretamente relacionadas ao governo em exercício, isto é, determinadas em larga escala pela figura do presidente. Isso ocorre devido a disposições constitucionais que conferem maiores poderes ao presidente da República, bem como à “natureza personalista da liderança política na Coreia e hábitos

autocráticos, que não se limitaram aos regimes de base militar que governaram a Coreia por três décadas, mas fazem parte do legado histórico” (MIDDLETON, 1997, p. 150). Essa tendência se mantém até o presente, uma vez que pela Constituição de 1948 manteve-se com poucas alterações, não obstante o país tenha passado por mais de um momento de rompimento democrático, incluindo uma guerra civil e sucessivos governos militares até 1987.

Assim, torna-se importante entender a configuração política interna sul-coreana a fim de compreender seus desdobramentos externos. Em primeiro lugar, há a figura do Primeiro Ministro, nomeado diretamente pelo presidente da República, com mandato e poderes reduzidos. O Ministro de Relações Exteriores, por sua vez, é executor de política externa, não um de seus idealizadores; usualmente assumem esse posto diplomatas de carreira, exercendo a função por longos períodos, mas com grau de influência baixo. Há, ainda, as figuras do Vice-Ministro de Relações Exteriores e do Ministro-Assistente, ambas consideradas de baixo grau de participação na idealização de política externa (SOUTH KOREA, 1948; MIDDLETON, 1997). Embora se assemelhando em parte à estrutura organizacional de outras nações, com ministros e diplomatas de longa data aconselhando o presidente em exercício, alguns autores chamam o caso sul-coreano de “presidência imperial” (KIM, 2017).

O Legislativo na Coreia do Sul é unicameral, sendo o parlamento composto pela Assembleia Nacional cujos 300 membros são eleitos para mandatos de quatro anos e os assentos distribuídos entre os partidos de acordo com um sistema proporcional ao número de votos. Os membros do parlamento se revezam servindo em comitês específicos por dois anos. Dessa forma, é difícil que eles conheçam a fundo qualquer um dos comitês, necessitando recorrer a especialistas em áreas específicas, geralmente recrutados de membros antigos de equipes de ex-parlamentares, da Academia ou do setor privado. Esses assessores costumam já conhecer de longa data as minúcias da administração e da política externa da Coreia do Sul, desempenhando o papel também de apontar erros e comportamentos inadequados cometidos pelo Executivo.

Ao contrário dos dois países exemplos citados no primeiro parágrafo, a Assembleia Nacional atua de forma mais vigorosa quando tratando de temas de política externa delicados que suscitam nacionalismo - acordos comerciais, políticas para com a Coreia do Norte, relações Coreia do Sul-Japão e EUA-Coreia do Sul -; nesses casos, recorrentemente utilizando da opinião pública como instrumento para justificar e corroborar tentativas de intervenção. A diplomacia direta também é maior no caso dos legisladores coreanos em algumas questões de política externa com o Japão. Embora

para o quadro geral das relações diplomáticas essa atuação seja ainda de pouca expressividade, o contato direto de legisladores sul-coreanos com seus contrapartes japoneses, por meio de reuniões diretas com o legislativo japonês, em alguns casos dificultou ou facilitou a adoção de políticas do presidente (LEE, 2018a).

Além da opinião pública e das tentativas de diplomacia direta, a Assembleia conta com alguns dispositivos legais para restringir ou apoiar as políticas elegidas pelo Executivo, como descritos nos artigos 76 e 88 de sua Constituição, pelos quais pode pressionar a criação de leis relativas à política externa. Entretanto, raramente esses artigos são acionados para projetos de ações e medidas de política externa, sendo a maioria das leis sobre o tema relacionadas à organização ou ao orçamento anual destinado ao Ministério de Relações Exteriores (LEE, 2018a).

Assim como em outros sistemas presidencialistas, compete à Assembleia Nacional sul-coreana ratificar tratados internacionais promovidos pelo Executivo (art. 60 Constituição), ou seja, é no estágio final da celebração de tratados que a maior influência do legislativo na política externa e o embate entre os dois poderes se destaca. Em adição a esse momento, a Assembleia também detém por lei (art. 54 Constituição) influência sobre leis orçamentárias voltadas a projetos de política externa, podendo alterar ou mesmo bloquear valores necessários para tanto. A investigação e fiscalização do poder Executivo também compete à Assembleia (art. 61 Constituição), tendo autoridade formal para intimar funcionários e apresentar denúncias, as quais podem atrasar a implementação de alguma política ou projeto, ou pressionar pela alteração dos detalhes de seu conteúdo. Por vezes, o processo legal de investigação de temas relacionados a pautas de cunho nacionalista é utilizado pelo Legislativo como mecanismo para mobilização da opinião pública (LEE, 2018a).

Apesar do legalmente existirem esses aparatos legais, normalmente os membros do Legislativo do mesmo partido do presidente endossam uniformemente o Executivo e a linha do partido. Na ocorrência da divergência de algum membro, há a possibilidade de penalizações pelo partido e mesmo pelo próprio presidente, como a prática de ostracismo, por exemplo, na ocasião das eleições quando o presidente pode indicar candidatos. Há dois grandes partidos políticos no cenário sul-coreano: o partido conservador ou *Saenuri* (Grande Partido Nacional, no período estudado), de viés centro-direita, e o partido democrata ou *Minjoo* (Partido Uri, no período estudado) de viés liberal. Há também o Partido Popular e o Partido Justiça, ambos de pouca expressividade nas cadeiras do parlamento. Sendo o partido governante no Executivo o partido majoritário na Assembleia, a burocracia raramente desafia as decisões do

presidente, o qual, assim, detém maior liberdade de decisão sobre temas de política externa. Na ocasião da transição de governos e partidos, a Assembleia também dificilmente intervém nas mudanças estipuladas pelo novo chefe do Executivo.

O início de um novo mandato presidencial costuma ser marcado por um período de relativamente tranquilidade para o Executivo, sem ataques duros diretos ao novo presidente pelo Legislativo, período no qual logra inaugurar suas políticas sem grandes dificuldades. Alguns autores sugerem que (LEE, 2018a; KIM, 2017) a população é favorável a esse modelo, por proporcionar maior estabilidade na transição. Após a posse e apresentadas as novas diretrizes, iniciam-se os ataques partidários. A fase de implementação consiste principalmente em uma série de procedimentos de rotina – negociações, reuniões, coletas de informações – sendo esses momentos raramente monitorados pela Assembleia, a exceção dos períodos de inspeção regulares (LEE, 2018a). Essas inspeções, contudo, dificilmente prejudicam a adoção das novas políticas. Para alterar as políticas do governo, a Assembleia deve entender que houve alguma irregularidade, corrupção ou que a política externa adotada prejudica fortemente o interesse nacional.

Quando o governo inicia um processo de celebração de tratados, a influência decisiva do parlamento ocorre na fase de ratificação, como dito anteriormente. Durante o processo de negociação do tratado, a Assembleia pode pressionar as equipes envolvidas nas discussões, demandando relatórios e promovendo audiências públicas. Todavia, nas ocasiões em que a opinião pública é fortemente contrária a alguma negociação em andamento, a Assembleia costuma intervir, geralmente alegando desconhecimento das negociações perante o público. Se não há uma oposição pública significativa, a oposição conta como última opção a fase de ratificação. Antes de 2012, o Executivo tinha capacidade de aprovar projetos sem consentimento da oposição. A partir das polêmicas ocorridas naquele ano, a revisão da Lei da Assembleia Nacional de 2012 resultou em alterações no escopo de trabalho para aprovação de projetos de lei, dificultando para o partido no poder aprovar leis e tratados sem o aval de pelo menos parte da oposição. Assim, mesmo com a maioria do parlamento, o presidente passou a precisar de uma estratégia para reunir maior apoio popular ou maior capacidade de persuasão de alguns membros da oposição para ratificar os tratados e acordos internacionais (LEE, 2018; KIM, 2017), processo que se inicia ainda na fase de negociação em paralelo as discussões com os países estrangeiros.

Localizado em uma região geopoliticamente instável no globo, na ocorrência de emergências de cunho internacional, o Executivo costuma assumir o controle quase total

da situação, podendo culpabilizar a Assembleia por eventuais atrasos se ela tentar intervir. Nesses casos, a revisão da Lei de 2012 é mais flexível; porém, cabe ao Executivo averiguar se o evento de fato pode ser classificado como uma emergência ou se seria uma tentativa do governo de esquivar-se da lei, exagerando a proporção ou a seriedade do evento. Esse mecanismo de flexibilização não se aplica para emergências envolvendo celebração ou alteração de acordos internacionais, mantendo-se a regra revisada (LEE, 2018a).

Como dito anteriormente, questões delicadas que estimulem o nacionalismo sul-coreano costumam ser tratadas com cautela pelo governo, uma vez que a Assembleia é relativamente sensível a esse tipo de reações da população. Costumam provocar surtos de nacionalismo capazes de pressionarem a Assembleia, por exemplo, políticas abrangendo questões históricas e/ou territoriais com o Japão; por conta disso, políticos trabalham com muita cautela em questões envolvendo esse país a fim de não ir na contramão da opinião pública, o que lhes prejudicaria em reeleições.

Mesmo com emendas para garantir a recorrência de eleições no pós 1987 e com a revisão de 2012, percebe-se que a influência da Assembleia Nacional na condução da política externa sul-coreana é limitada, com fracas e pontuais intervenções, geralmente visualizadas na ocorrência de polêmicas que despertem sentimentos nacionalistas na opinião pública, ou de escândalos de corrupção e erros graves cometidos pelo Executivo. Se por um lado, a relativa independência do Executivo do Legislativo torna a política externa da Coreia do Sul menos politizada e talvez mais efetiva para promoção de interesse nacionais, por outro há uma falta de provisões constitucionais eficazes de pesos e contrapesos entre os poderes, o que permite ao presidente ter um elevado controle sobre a Assembleia Nacional. Isso cria um sistema partidário nacional autoritário, complementado por um sistema judiciário parcial - cujas nomeações também são feitas pelo presidente - e pela a carência de poderes de arguição e investigação parciais em geral, tendo em vista a ineficácia da Assembleia e de promotores públicos em casos envolvendo ações contra o governo (KIM, 2017).

2.2 CONDICIONANTES E MODELO DE PROCESSO DECISÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA

Como descrito na seção anterior, a estrutura constitucional da Coreia do Sul confere grandes poderes ao Executivo e aos oficiais do governo na condução da política externa em seu Capítulo IV (LEE, 2018a; SAVADA; SHAW, 1990). O que condiciona esse modelo também é o que é a literatura frequentemente chama de burocratização da

política, isto é, as políticas adotadas resultam de rodadas de competição, negociação e barganha entre burocratas que priorizam seus interesses pessoais e organizacionais sobre o interesse nacional (KIM, 2018), contudo, sem alterar o jugo presidencial.

Segundo Kim (2018), os indicadores de burocratização da política em um governo são visualizados de cinco maneiras possíveis: a capacidade do chefe do Executivo aprovar suas pautas; a capacidade de outros membros do governo e do parlamento aprovarem suas propostas, mas sem a discordância ou interesse do chefe do Executivo; quando políticas vinculadas a interesses paroquiais são aprovadas; o tempo de aprovação; e influência midiática. O primeiro indicador seria o caso se políticas desejadas pelo presidente da Coreia do Sul fossem ignoradas ou refutadas por ministros ou grupo de ministros; portanto, quando políticas divergentes dos interesses conhecidos do presidente são aprovadas, o que não parece, em uma primeira análise, ser caso recorrente no país no período analisado. Os outros fenômenos, no entanto, são observados mais frequentemente no cenário coreano. Quando políticas aprovadas parecem representar mais os interesses de ministros ou chefes de agências do governo, mas sem o interesse ou contrariedade do presidente sobre o tema, e quando interesses ditos paroquiais, ligados a interesses de grupos ou agentes específicos da sociedade, transparecem em políticas adotadas; esses dois pontos parecem serem verificadas no caso sul-coreano. Do mesmo modo, os dois últimos indicadores, que dizem respeito ao tempo, ou a demora, para aprovação de uma proposta de política e a influência da mídia nas matérias, também são visualizados no seu uso por burocratas para estimular a opinião pública a favor ou contra determinada questão, de acordo com interesses particulares identificáveis.

Em contrapartida, no caso sul-coreano, as políticas burocráticas parecem sofrer influências por três vias: o estilo de liderança do presidente em exercício, as diferenças entre os Ministérios e agências envolvidas na formulação de política externa e as próprias estruturas organizacionais definidas pelos presidentes no início de seus mandatos (KIM, 2018, p. 22). Os três fatores se relacionam entre si de modo a delimitar a decisão final sobre determinada questão diplomática. O estilo do presidente, por exemplo, influencia a organização das agências e ministérios, bem como das secretarias oficiais da Casa Azul – espaço equivalente ao Palácio do Planalto no Brasil. Tais mudanças impactam na comunicação e condução da política externa entre esses e demais órgãos de Estado encarregados dos procedimentos de rotina de política externa. Alguns presidentes, por exemplo, de acordo com seu perfil, adotam canais e procedimentos mais ou menos formalizados, ou buscam distintos graus de assessoria,

conforme é do seu interesse uma postura pessoal de maior ou menor flexibilidade na condução de suas políticas (KIM, 2018).

Entre os órgãos encarregados dos procedimentos diários, apesar de mudanças estruturais de governo para governo, além do Ministério de Relações Exteriores, se mantém o Ministério da Defesa Nacional (MND, sigla em inglês), o Serviço Nacional de Inteligência (NIS, sigla em inglês) e o Ministério da Unificação (MOU, sigla em inglês). Em termos gerais, o MND e o NIS e parecem convergir frequentemente em interesses no tocante a ações mais firmes para contenção da Coreia do Norte, ao passo que o MOU apresenta uma tendência mais conciliatória com o vizinho do norte, em contraposição aos outros dois (KIM, 2018). A equipe do Ministério das Relações Exteriores, por sua vez, é composta por funcionários públicos e um corpo de serviço estrangeiro de carreira, capacitados pelo Instituto de Pesquisa de Relações Exteriores (SAVADA; SHAW, 1990), equivalente ao Instituto Rio Branco no Brasil.

Além desses três órgãos, no âmbito do escritório do presidente, há um “arranjo institucional entre o gabinete do assessor de segurança nacional e o secretário-chefe do presidente para assuntos externos e de segurança, que às vezes são combinados e outras vezes separados” (KIM, 2018, p. 24). O Conselho Nacional de Segurança (NSC) - presidido pelo presidente e também convocado por ele - tem competência para formular e executar políticas externas, militares e domésticas relacionadas à segurança nacional antes de sua deliberação pelo Conselho de Estado (art. 91 Constituição). O Conselho é o órgão por meio do qual o presidente exerce suas funções executivas e cujos membros são também nomeados pelo presidente. Há, porém, o Comitê Permanente do NSC que trabalha para os ministros dos ministérios de relações exteriores, defesa, unificação e informação, enquanto o Conselheiro de Segurança Nacional realiza a revisão de questões de segurança nacional e pode enviar recomendações ao presidente (KIM, 2018).

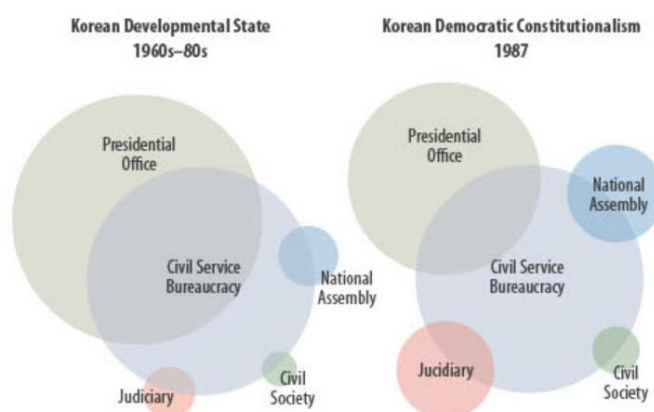
Embora formalmente a Constituição da Coreia do Sul estabeleça mecanismos mínimos de freios e contrapesos para submeter o presidente a vontade popular, os mecanismos do passado autoritário do país são ainda percebidos. A Constituição no período em estudo é permissiva em conferir ao presidente poderes sobre a criação de leis e projetos de política externa. No país, além disso, os mandatos presidenciais de cinco anos são únicos, não há possibilidade de reeleição e, portanto, na ocasião de um novo mandato sempre há mudanças significativas na estrutura de governo e condução de política externa, mas que não modificam o poder presidencial sobre essas questões. Nota-se, porém, uma precipitação significativa na formulação de políticas externas a

partir do terceiro ano de mandato, quando se inicia a fase do presidente em exercício definir seu sucessor e promovê-lo para as próximas eleições. Esse é o momento em que se visualiza uma janela para mudanças de política externa serem consideradas e promovidas pelo gabinete executivo (LEE, 2020).

Em suma, constitucionalmente, os objetivos de política externa do país são definidos pelo presidente, tendo o Primeiro-Ministro, chefe do seu gabinete, e o Ministro das Relações Exteriores como seus meros assessores. São o Primeiro-Ministro e o Ministro de Relações Exteriores que apresentam relatórios sobre as relações exteriores ao Legislativo e ambos podem ser questionados pela Assembleia Nacional, a qual pode fazer recomendações ao presidente para a destituição dos cargos se achar que o convém (SAVADA; SHAW, 1990). O presidente pode despachar enviados ao exterior sem aprovação da Assembleia; tratados internacionais, no entanto, necessitam de ratificação pelo Legislativo, bem como declarações de guerra, envio de tropas ao exterior e a entrada de tropas estrangeiras no país também estão sujeitos à aprovação legislativa (art. 60 Constituição).

Por esse viés, a República sul-coreana parece apresentar uma democracia mais fraca, quando comparada com países ditos democracias consolidadas, devido ao desequilíbrio entre as esferas de poder. Nas décadas de 1960 até a de 1980, o país passou por um processo de crescimento da influência do Executivo e da burocracia, o que acumulou poderes nessas duas esferas, reduzindo as esferas do Legislativo, Judiciário e da própria sociedade civil. A partir da redemocratização do país em 1987, a nova Constituição promulgada trouxe um pouco mais de equilíbrio entre os poderes comparativamente a do período anterior (LEE, 2020).

Figura 1 - Elaboração de Política Externa Sul-Coreana



Fonte: Lee, 2020.

As relações na figura acima indicam a proporção de cada uma das esferas para a formulação de política externa. A partir do governo Roh Moo-hyun (2003 – 2008), a estrutura antes formada pelo nível do gabinete do presidente – o nível político - e do apoio dos burocratas do serviço civil – o nível do serviço civil -, passou a adotar uma terceira camada entre os dois, o serviço executivo sênior. Esses três níveis polarizaram-se em torno de ideias de autossuficiência ou interdependência. Os membros indicados do nível político tendem a defender a necessidade de autossuficiência, bem como a apoiar políticas progressistas e pró-China. Já os membros do nível do serviço civil costumam apoiar a interdependência no plano internacional, apresentando posturas mais pró-EUA e políticas de viés conservador (LEE, 2020). O novo nível do serviço executivo sênior é descrito como o elo que une os dois lados, uma vez que os membros dividem-se entre a Aliança de Liderança Administrativa, que converge aos interesses do serviço civil, e o segmento que apoia os nomeados do nível político e ideias de autossuficiência nacional, minoritário.

As ideias desses níveis são transportadas para as políticas e diretrizes do Ministério das Relações Exteriores, potencializando determinadas ideologias políticas no processo de formulação dessas (LEE, 2020), as quais serão melhor descritas nos capítulos seguintes. Para entender como esses três níveis encontram-se ligados e influenciam a formulação de política externa, juntamente ao presidente da República, é necessário averiguar quais instrumentos podem ser úteis para interpretação de política externa na Coreia do Sul e em quais fatores endógenos e exógenos influem nesse processo.

3 INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA E NACIONALISMO

Para compreender como a tomada de decisão de política externa na Coreia do Sul sofre influência do fenômeno do nacionalismo, é preciso verificar, primeiramente, como o fenômeno e a noção de uma nação coreana surgiram. Para tanto, algumas teorias do nacionalismo de longa data, bem como abordagens mais contemporâneas, construtivistas e instrumentalistas ajudam nessa tarefa. Além disso, o nacionalismo não é um fenômeno uno, igual e replicável em todos os lugares. Existem categorias e formatos distintos de nacionalismos – alguns exemplos mais comuns são cívico, étnico, religioso, multicultural - e é preciso compreender qual categoria está presente no cenário coreano, uma vez que ela indica quem pode ou não ser aceito como parte da nação e, conseqüentemente, quem seria o outro, o externo. Para realizar essa categorização, é preciso examinar as manifestações e características do nacionalismo coreano, isto é, quais as expressões de identidade nacional identificáveis na vida cotidiana – descritos neste capítulo – e política – trabalhados no último capítulo deste trabalho.

Ao compreender como o nacionalismo se expressa nos campos da vida social e política, é possível extrair melhor as implicações do surgimento ou existência de uma categoria particular de nacionalismo ou identidade nacional no país. Entender como esse nacionalismo ou identidade aparece também na diplomacia e como os presidentes sul-coreanos são influenciados pelo fenômeno também demanda um instrumental teórico. Para tanto, a chamada “diplomacia da raiva” e a matriz de Hermann de análise de estilos de liderança são descritas nas partes finais deste capítulo e contribuirão para posterior aplicação no capítulo seguinte sobre o cálculo político na formação de política externa dos presidentes no período em estudo (2003 – 2013).

3.1 TEORIAS ACERCA DO FENÔMENO DO NACIONALISMO NA COREIA DO SUL

O fenômeno de nacionalismo, sua definição e ocorrência têm sido objeto de estudo das ciências humanas e políticas e perpassa a compreensão de outros conceitos relacionados. Embora existam controvérsias sobre cada um dos termos, em linhas gerais, o termo ‘nação’ costuma ser usado como referência a um grupo de pessoas que se

reconhecem como formando uma unidade nacional para a qual reivindicam soberania. Já a expressão Estado recorrentemente diz respeito à unidade política governante, a qual interage com a unidade nacional como uma unidade separada, ao passo que a denominação "Estado-nação" é frequentemente utilizada quando há a legitimação da autoridade de um Estado por meio da ideologia de uma nação específica (MYLONAS; KUO, 2018).

A historiografia do fenômeno de nacionalismo tem como um de seus marcos o trabalho de Edward Carr (1945). Vivendo no pós-Segunda Guerra Mundial e em um período de emergência dos movimentos de libertação nacional, Carr direcionava atenção particular ao caso do nacionalismo soviético a partir do qual teorizou sobre a ocorrência de três momentos distintos de nacionalismo. O primeiro, do feudalismo até a Revolução Francesa, no qual o nacionalismo seria a vontade dos soberanos; o segundo, com duração até 1914, quando a nação teria se tornado equivalente a “povo”, embora povo fosse apenas a burguesia emergente. Nas três décadas seguintes ao início da Primeira Guerra Mundial, Estado-nação teria passado a representar as massas propriamente, sendo também o período no qual os problemas relacionados ao nacionalismo teriam surgido por conta das experiências do fascismo e do nazismo (CARR, 1981).

Outro nome comumente relacionado à temática, Aron (2002) trabalhou com vários estudos de casos, com destaque para os casos francês, inglês, russo e alemão, por meio dos quais escreveu que o objetivo dos Estados envolve, primeiramente, sua sobrevivência ou segurança, fundamentada na sua força ou na fraqueza do adversário. As nações, nessa perspectiva, não almejam apenas desencorajar agressões externas, mas também serem temidas e admiradas à medida que aumentam suas forças materiais, tornando-as poderosas. Para tanto, estariam dispostas a arriscar em alguma medida a sobrevivência - faculdade à qual o autor denomina de potência. Há ainda um terceiro objetivo: a glória. Isto é, a necessidade de uma vitória absoluta, capaz de garantir a paz ditada pelos vencedores e estimular o orgulho nacional e pessoal de seus líderes (ARON, 2002).

A explicação do que seria esse poder para um Estado-nação pode ser encontrada em Morgenthau (2003) para quem o poder ou a política externa equivale ao poder dos indivíduos que a compõem, embora não a sua totalidade, uma vez que há alguns indivíduos diretamente responsáveis por administrar as relações exteriores de um país, isto é, os representantes nos bastidores de uma nação, que coordenam esse poder e as políticas. As grandes massas da população, por sua vez, frustradas por não alcançarem o

mesmo patamar de poder no âmbito interno, buscariam compensação no cenário internacional por meio de “uma satisfação distorcida ao se identificarem com os impulsos de poder da nação” (MORGENTHAU, 2003, p. 202). Assim, o poder que, na prática, é exercido por representantes passa a imagem de pertencer também às massas, compensando-se as frustrações que essa sente internamente com as ideias de glória ou potência da nação no exterior.

Esses trabalhos sobre o que constituiria um Estado-nação e quais os seus objetivos e meios na política externa levaram a estudos posteriores do fenômeno de nacionalismo propriamente. Uma definição famosa para o fenômeno é a de que “o nacionalismo é principalmente um princípio político, que sustenta que a unidade política e a unidade nacional devem ser congruentes” (GELLNER, 1983, p. 1). Há, portanto, algum nível de conexão entre as ideias de Estado, nação e nacionalismo, embora os termos não sejam exatamente equivalentes. Outros autores defenderam o conceito como um senso subjetivo e internalizado de pertencimento a uma nação, ou ainda como afirmações de sua singularidade histórica, do território que deve ocupar e dos tipos de relações que devem prevalecer com outras nações (HUDDY; KHATIB, 2007; HAAS, 1986). Mylonas e Kuo (2018), por sua vez, elegem a definição de nacionalismo como um conceito abrangente que compreende a identidade, a consciência e as ideologias nacionais.

Há uma série de estudos teóricos sobre o nacionalismo e o desenvolvimento do fenômeno em estudos de caso de países (ANDERSON, 1983; SHIN, 2006). Alguns trabalhos discutem como a identidade nacional, consolidada ou em debate, assume um papel importante para a interação social e julgamento moral, sendo uma referência moral crítica em debates políticos (MONROE; MARTIN; GHOSH, 2009). A discussão acerca dos termos nação e nacionalismo centraram-se mais recentemente em teorias clássicas construtivistas, instrumentalistas e em análises das origens das nações (CAMPBELL, 2016). Entre os integrantes dessa chamada escola clássica de nacionalismo têm em comum a ideia de nacionalismo como um fenômeno relativamente recente na história e que se tornou o modo central de identificação das sociedades modernas, mas com divergência na forma e razões dos surgimentos das nações (ANDERSON, 1983; GELLNER, 1983; SMITH, 2008; KEDOURIE, 1970).

No lado dos defensores do nacionalismo étnico, Jenkins e Smith (1988), por exemplo, defendem que as nações estão intrinsicamente ligadas a etnias sobre a qual são construídas as histórias dessas nações. Construtivistas, como Gellner (1983) e Anderson (1983), contrariam essa linha, destacando quais as interações e processos sociais da Era

Moderna foram necessários para a construção de nações, enquanto os chamados instrumentalistas (KEDOURIE, 1970) favorecem a ideia de que a criação de uma nação se dá por meio de um processo consciente promovido por atores sociais e políticos a fim de justificar algum propósito secundário específico. Outros autores versam sobre a influência da democracia para a formação das unidade nacionais e do nacionalismo (YACK, 2012).

Gellner (1983) propõe uma definição interessante de nacionalismo para o presente trabalho, separando elementos tangíveis da criação de uma nação dos intangíveis, o sentimento comum: o nacionalismo seria um princípio político pelo qual se entende que os aspectos políticos e a unidade nacional são convergentes. Se avaliarmos o nacionalismo como um sentimento ele representaria o sentimento de raiva despertada pela violação desse princípio ou seu incumprimento. Por meio dessa definição, pode-se interpretar fenômenos nacionalistas como movimentos movidos por esse sentimento quando se percebe o seu princípio-chave como ameaçado.

Além de identificar a origem e justificativas para o surgimento de nações, é importante identificar qual a categoria ou formato da identidade nacional sul-coreana, a qual explica quem é ou não é qualificado como membro dessa nação. As noções de nação e nacionalismo na Coreia do Sul se consolidaram por muito tempo em torno da ideia de uma homogeneidade étnica e cultural do povo coreano, isto é, uma espécie de nacionalismo étnico. Por grupos étnicos nacionais, entende-se como grupos delimitados, mas não por isso completamente homogêneos, podendo ser agrupamentos, portanto, com algum grau pequeno de diferenças internas (BRUBAKER, 1998).

Há, em geral, duas classificações recorrentes na literatura a respeito do nacionalismo sul-coreano, interpretando-o como um fenômeno cívico ou étnico, como descrito acima. O nacionalismo étnico, ou étnico-cultural, é definido como “um senso de comunidade que se concentra na crença em mitos do comum ancestralidade, e na percepção de que esses mitos são validados por semelhanças contemporâneas de fisionomia, língua ou religião” (BROWN, 2000, p. 51), enquanto o nacionalismo cívico é entendido como um senso de comunidade concentrado na crença de se residir em um território comum – pátria – e ter o compromisso com o Estado e suas instituições, o que produziria “um caráter nacional distinto e uma cultura cívica, de tal forma que todos os cidadãos, independentemente da ascendência diversa, constituem uma comunidade em progresso com um destino comum” (BROWN, 2000, p. 52).

Como dito no capítulo anterior, a divisão do país no pós Segunda Guerra Mundial seguida por uma emblemática guerra civil que adquiriu proporções

internacionais, a Guerra da Coreia, dividiu o outrora um país em dois lados antagônicos e vigilantes acerca do adversário. Embora a Coreia seja no presente uma península dividida em dois Estados, é considerada por muitos teóricos do tema como um caso de nacionalismo ético, no qual uma parcela da população ainda espera pela unificação (CAMPBELL, 2016; SHIN, 2006). Isso indica que há uma parcela da população para a qual definições de nação e nacionalismo incluiriam o povo e o território norte-coreano. Esse processo de inclusão teve como marcos o movimento estudantil e jovem que influenciou a ideologia política de oposição ao autoritarismo nas décadas de 1960 até 1980, e continuou até a década de 1990. Os discursos desse movimento utilizavam a retórica do nacionalismo para exigir a democracia e o desenvolvimento do país, em oposição as relações vistas como neocolonialistas com Estados Unidos e o antigo colonizador Japão; e também o desejo pela reunificação do povo coreano que teria sido separado e antagonizado por esses dois Estados.

Autores contemporâneos, porém, anunciam o desenvolvimento de um novo tipo de nacionalismo no país, em detrimento do defendido pelas gerações mais velhas de reunificação do território e população coreana. Esse novo nacionalismo, presente principalmente entre os jovens sul-coreanos (conhecidos como *isipdaes*), é resultado do novo contexto do país a partir da década de 1990. Sem a vivência do passado autoritário e vivendo com mais acesso à educação em uma Coreia economicamente mais desenvolvida, moderna e tecnológica, as diferenças geracionais entre a geração pós anos 1990 e as anteriores são enormes. A velocidade dessas transformações incorre em um processo que, na visão de alguns autores, contribuiu para gerações com espaços muito pequenos entre elas conhecessem a mesma nação de formas completamente distintas, sendo ela a primeira geração de adultos que nasceram e cresceram na Coreia após a divisão, a primeira de sul-coreanos de fato. Assim, em contraposição ao nacionalismo étnico, o novo nacionalismo se manifestaria na população jovem sul-coreana em demonstrações de orgulho pela modernidade, o cosmopolitismo e na busca por uma posição favorável à Coreia do Sul no cenário mundial, o que alguns autores também chamam de nacionalismo cultural globalizado. A adoção desse modelo seria uma escolha consciente tomada visando a proteger os interesses e objetivos comuns, nessa perspectiva de nacionalismo (CAMPBELL, 2016).

Nações estão condicionadas às experiências compartilhadas dos povos e elites de um território, bem como a combinação de eventos, especialmente aqueles críticos. O nacionalismo, conseqüentemente, apresenta-se como um fenômeno cambiante de acordo com as mudanças e contextos de uma sociedade. Por conta disso, os tipos de

nacionalismo presentes na literatura também sofreram alterações nas últimas décadas, passando a incluir novas categorias, como nacionalismo cultural, transfronteiriço (ligado a diásporas), multicultural e etnorreligioso. Esses diferentes tipos de nacionalismo podem coexistir em uma mesma nação, mas são consideradas categorias distintas na construção da identidade nacional (CAMPBELL, 2016).

Compreendidos os seus formatos possíveis, no mundo e na Coreia, resta verificar as manifestações e características do nacionalismo nos elementos cotidianos da vida social e política de uma nação – no caso deste estudo, na política externa. O nacionalismo ético, por exemplo, pode ser verificado em uma gama de manifestações, como a adesão ou não a tradições culturais, o populismo na política ou, ainda, a hostilidade em relação a um outro grupo étnico específico (CAMPBELL, 2016). O nacionalismo cívico, por outro lado, é identificado em manifestações de compromisso do grupo para com as Instituições e sistemas da Nação. Em contraposição tem-se ao nacionalismo cultural mais recente - caracterizado pelas ideias de modernidade e defesa de um status internacional elevado ao país -, o qual se manifestaria no orgulho pelas conquistas econômicas e avanços em todos os aspectos da vida no país, mas também pela desilusão com as Instituições, tradições e cultura política (CAMPBELL, 2015). É necessário, portanto, avaliar formas de identificar os mecanismos pelas quais o fenômeno do nacionalismo sul-coreano é ativado e manifesto especificamente no tocante à política externa do país.

3.2 O FENÔMENO DO NACIONALISMO NA POLÍTICA EXTERNA

O nacionalismo pode se apresentar na política externa de um país como um fator endógeno ou exógeno, influenciando em diferentes níveis as escolhas disponíveis e o processo de tomada de decisões. Para alguns autores (WOODWELL, 2007; GREENFELD, 1992), o fenômeno do nacionalismo na política externa é entendido como conjunto de preferências que enfatizam a rejeição da influência estrangeira excessiva ou ilegítima e/ou controle sobre as populações ou território nacional e seria decorrente de situações transfronteiriças capazes de estimular políticas estatais agressivas, as quais seriam responsáveis por fomentar suspeitas e instabilidades regionais. Woodwell (2007) também identifica três níveis de análise pelos quais o nacionalismo influencia a política externa de um país, nomeadamente, indivíduos/massas, elites políticas e Estados-nação.

Indivíduos que se identificam como parte de uma nação expressam essa identificação por meio de comportamento político, como votações e protestos, isto é,

agregados em “massas” capazes de mobilização, geração de opinião pública e, assim, manifestação de um caráter nacional (WOODWELL, 2007). Identidade nacional, nesse nível de análise, engloba a interpretação da história política nacional por essas massas.

Elites políticas, por outro lado, são compostas por atores com influência sobre as políticas nacionais, como membros de partidos políticos, organizações da sociedade civil e grupos de interesse, capazes de construir identidades nacionais condizentes com necessidades consideradas estratégicas do Estado ou com o objetivo de competir com outras elites intelectuais (MYLONAS; KUO, 2018). Elites podem identificar-se como nacionalistas propriamente, ou adotar plataformas políticas apelativas a sentimentos nacionalistas a fim de corroborar certas políticas adotadas supostamente em prol do interesse nacional. O nacionalismo também pode ser ferramenta utilizada por esses grupos a fim de retroalimentar sua influência e visões específicas na política externa (MYLONAS; KUO, 2018).

Por fim, em relação ao terceiro nível de análise, cabe ressaltar que os Estados podem adotar políticas externas que, em um primeiro momento, aparentam irracionalidades, mas consistentes com um suposto caráter nacional. Esse caráter é caracterizado pelo comportamento do Estado-nação ao longo do tempo, em virtude de seu contexto histórico ou geográfico e sua percepção particular das diferenças políticas, econômicas ou culturais entre as nações. A força desse Estado-nação também depende do grau de nacionalismo, sendo os principais indicadores para tanto a presença ou não de uma elite objetivando universalizar uma determinada identidade nacional, o nível de participação das massas, a viabilidade do Estado e a singularidade da comunidade (MYLONAS; KUO, 2018).

Outro fator importante de influência é o contexto histórico. Miller (2014) aponta o nacionalismo anticolonial como, logicamente, uma consequência que pode emergir em Estados outrora colonizados. O nacionalismo colonial tende a destacar os sofrimentos e lesões provocados pelo domínio do colonizador e resulta em demonstrações do colonizado em buscar reparações do primeiro, ou até mesmo algum tipo de punição ou retaliação por conta desse passado traumático. A independência, nesses casos, ao contrário de abrandar os ânimos agressivos contra o colonizador e finalizar os antagonismos resultantes do quadro de opressão, possibilita que a população que sofreu no período tenha uma visão mais clara dos acontecimentos e sua amplitude, resultando em maior animosidade até do que durante o período de subjugação.

Examinar como nacionalismo pode estimular esses sentimentos, envolve compreender qual a narrativa de sofrimento e linguagem de vitimização empregadas.

Ambas devem ser consistentes e capazes de desencadear respostas comuns em pessoas que sofreram algum tipo de trauma, mas em escala nacional. Um trauma pode cobrir um terreno muito maior e mais ambíguo, contribuindo para as identidades individuais e coletivas e as políticas da memória (JOHNSTON, 2003). Entretanto, seus efeitos na escala de uma comunidade são muito mais complexos e controversos, compreendê-los requiere a retoma de questões de memória, principalmente a chamada memória geracional, assim como as sequelas que esse trauma traz para a vida, Instituições e valores culturais de uma sociedade.

Trauma histórico é uma expressão empregada há algum tempo em estudos sobre o contato entre povos indígenas e europeus na colonização das Américas séculos atrás. Esses estudos discutem a relação entre as práticas de assimilação forçada e extermínio com os problemas de saúde mental e social nos grupos indígenas atingidos. O que esses estudos apresentam de grande interesse para o presente trabalho é como um evento histórico (neste caso, as práticas coloniais sobre a população indígena) resultaram em um padrão traumático capaz de gerar respostas individuais e coletivas repassadas de geração em geração. Assim, o fenômeno de trauma histórico se transmuta em um trauma cultural, isto é, um evento entendido pelos membros de uma coletividade como traumático e que deixa marcas inapagáveis na consciência de grupo, marcando suas memórias e mudando a identidade futura desse grupo fundamentalmente. Miller (2014) afirma que alguns fatores são necessários para caracterizar um evento histórico como um trauma cultural: a memória em si deve ser lembrada e feita para ser lembrada; deve ser considerada culturalmente relevante por danificar ou tornar problemático algo sagrado como um valor e deve ser “negativa”. Um trauma social, por sua vez, é definido por uma perturbação generalizada da vida e das estruturas sociais da sociedade, como instituições jurídicas, econômicas e políticas (MILLER, 2014). Um trauma social pode ser provocado por fomes, doenças e guerras, enquanto eventos específicos, como o domínio estrangeiro sobre um território - caso da Coreia -, pode implicar em traumas sociais e culturais.

Como esse trauma é lembrado e impacta no presente está relacionado ao mecanismo de memória coletiva de uma comunidade. Segundo Miller (2014), tanto a memória inconsciente e implícita quanto a memória consciente e explícita são cruciais para compreender as causas e meios pelos quais o passado é capaz de influenciar o presente. Memória coletiva pode ser definida como uma lembrança pública, formada a partir da união de fragmentos do passado e junção em algo público. Assim, a memória coletiva seria o mecanismo no qual se traduz um trauma do passado em uma resposta

contínua no presente na forma do comportamento daquele grupo. Memórias coletivas, contudo, podem ser centralizadas em alguns aspectos específicos de experiências traumáticas em detrimento de outros. Também não precisam ser objetivas, no que implica em pessoas acreditarem terem passado por eventos estressantes que podem nunca ter ocorrido. Nisso está relacionado outro aspecto da memória coletiva: ela não precisa ser vivida diretamente pelas pessoas, podendo ser resultante da narrativa da lembrança de outras pessoas, que se traduziu em uma memória traumática também para o ouvinte, mas estando os relatos iniciais sujeitos a alterações pelo narrador. Isto é, a história objetiva torna-se diferente da memória traumática, a qual pode ser definida também como uma espécie de memória subjetiva (MILLER, 2014). Esses fatores combinados com a ideia de que o traumas podem demorar anos para serem compreendidos – a exemplo do Holocausto que só recebeu essa denominação na década de 1960 - e transformados em memórias coletivas, ajudam a compreender como se deu a formação do nacionalismo e da identidade nacional na Coreia do Sul.

Para tanto, é preciso também compreender a quem interessa a manutenção dessas memórias e quais as razões da sua persistência ao longo do tempo. Para a memória de um evento se tornar traumática para um coletivo, o evento deve ser mediado socialmente, necessita de um agente que engaje nessa lembrança coletiva e a transmita de uma geração para geração, ou seja, para manter-se uma memória como coletiva é necessário uma “agência em ação, na qual os indivíduos se lembram do(s) evento(s) como trauma e transmitem essa memória para uma comunidade maior” (MILLER, 2014, p. 19). Esses agentes são também chamados de “grupos de portadores”, os quais possuem interesses ideativos e materiais em jogo, estando posicionando normalmente em setores da elite da estrutura social e possuem um grau de talento em expressar claramente suas reivindicações relacionadas com essa memória (MILLER, 2014).

Entretanto, é possível que esse trabalho de memória seja feito por outros segmentos da sociedade, até mesmo classes marginalizadas se os eventos em questão resultaram em uma ruptura da ordem social significativa. Entender quais grupos possuem interesses em jogo torna-se importante para compreender porque é mantida tal lembrança de eventos na memória de uma sociedade. Além disso, “sua lembrança pode se tornar um elemento importante de uma identidade coletiva e, em seus extremos, pode até definir uma identidade coletiva” (MILLER, 2014, p. 20), como parece ter sido o caso nos eventos do 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. No caso da Coreia do Sul, é possível já inferir que os eventos do período colonial japonês causaram rupturas

da ordem social e institucional significativos para o resultado que se verificou nos anos seguintes a libertação da península do julgo japonês. Sendo assim, uma forma de trauma coletivo vivenciado por parcela expressiva da população, de diferentes classes sociais, e traduzido por agentes sociais em um comportamento antagônico em relação ao país estrangeiro representaria uma parcela da identidade nacional dos seus membros, aspecto que será melhor verificado no próximo capítulo.

O colonialismo, neste caso, não seria um fenômeno pontual como os exemplos citados anteriormente, mas uma série de eventos contínuos, que analisados em conjunto eventualmente tornou-se o centro do que pode ser chamado hoje de nacionalismo anticolonial coreano. O mecanismo pelo qual os agentes transmitem esse discurso é por meio da narrativa histórica escrita, mas também em filmes, na mídia e nos símbolos e lembranças desse domínio sempre presentes em discursos. É possível comparar o caso coreano com outros casos na Ásia, como por exemplo a China, país também profundamente marcado pelo colonialismo competitivo entre potências estrangeiras. A China vivenciou durante quase o mesmo período que a Coreia experiências de exploração política e econômica, aliadas a emblemáticos episódios de violência e brutalidade. No caso chinês, os relatos nacionalistas modernos destacam os males do colonialismo, as guerras e as riquezas do país que foram levadas. Da mesma forma, os tratados desiguais aos quais o país foi imposto são também objetos de denúncia, até o presente, do impacto negativo das potências ocidentais e do Japão (MILLER, 2014).

Assim, o conjunto de queixas de vários eventos espaçados em um período relativamente longo, de décadas, no tempo, compõem a memória coletiva em países como China, Índia e a Coreia. Essa explicação também é consistente com as definições apresentadas anteriormente de traumas sociais e culturais, uma vez que esses relatos nacionais, durante e após a colonização, refletiram nos sentimentos de seus respectivos coletivos a eventos de ruptura enorme de suas estruturas sociais: injustiças indiscutíveis, erradas e traumáticas. O resultado desse processo reflete significativamente nas identidades nacionais futuras das populações desses locais.

Dessa forma, Estados que passaram por experiências coloniais teriam adotado uma visão de mundo fundamentalmente diferente de Estados que não passaram pelo mesmo trauma. Uma vez estabelecido no mundo direitos, como o de autodeterminação, como valores primordiais, o que supostamente era a resposta necessária para evitar que o mesmo se repetisse, esses Estados seguiram mantendo ênfase nos males que sofreram e à necessidade de formas de restituição. Tal perspectiva foi transmitida entre gerações

criando um modelo de identificação enraizado em uma memória coletiva traumática e em sentimentos de vitimização.

Outra perspectiva com alguns elementos relevantes para a descrição do fenômeno de nacionalismo na política externa sul-coreana encontra-se na chamada diplomacia do ódio/raiva de Hall (2015). A raiva é uma reação emotiva a uma violação ou insulto pela outra parte, por meio da qual expressa ao seu alvo a importância da questão em jogo para o país. O objetivo é comunicar aos atores a necessidade de revidar ou punir o que causou a ofensa. Hall (2015) salienta a relevância da questão descrevendo que atores movidos pelo domínio da raiva são capazes de atos destrutivos, os quais, em outro cenário, não fariam. A raiva, contudo, é geralmente pontual, isto é, ocorre como uma resposta imediata após o fato que a desencadeia e tende a arrefecer com o tempo. Sem estímulos adicionais, a resposta da raiva tende a dissipar-se naturalmente. Contudo, se um ator no meio do episódio perceber novas provocações, as manifestações comportamentais agressivas e punitivas ao erro tendem a aumentar vertiginosamente. Percebendo a reação, o agente indutor da violação pode tentar retificá-la concedendo a retribuição exigida, como uma forma de amenizar a situação, mas para ter efeito é preciso que o ator que recebe esteja aberto a tanto; se o estiver, abre-se espaço para reverter o impasse, do contrário, podem iniciar novas escaladas de agressões.

As questões envolvidas nessa barganha podem dizer respeito, por exemplo, a interesses diretos e materiais, mas também a questões normativas, ou seja, a princípios sobre os quais os atores estão emocionalmente envolvidos e não aceitam violações, descritos anteriormente. Assim, um Estado demonstrar raiva ao adversário é um meio de sinalizar ao outro a violação de uma normativa emocional imperativa para si, ao passo que não demonstrar pode ser um sinal de aquiescência (HALL, 2015). Esse parece ser o caso das reações vistas na Coreia e em outros países asiáticos quando se identificam ações e políticas japonesa que saúdem ou não condenem as ações do país no período colonial. A resposta pela diplomacia da raiva, contudo, pode prejudicar severamente o relacionamento com o alvo se mantido por um longo espaço de tempo, podendo acarretar em prejuízos graves às relações internacionais do país, enquanto não responder pode ser interpretado como um sinal de fraqueza externamente – em termos de reputação na arena global - ou, mais grave, internamente - comprometendo o apoio doméstico ao governo.

A combinação do incentivo e riscos desse tipo de diplomacia é o cálculo que, segundo Hall (2015), os atores estatais fazem para definir o modo de ação, visto que a

decisão de projetar abertamente essa imagem ao cenário internacional é o resultado desse cálculo político. Se, por exemplo, parecer imperativo para um Estado defender determinados princípios, mas isso fragilizar sua posição no cenário internacional, pode o ator estatal projetar inicialmente esta imagem, mas, em um segundo momento, recuar. Para tal estratégia valer, é necessário que o corpo de representantes estatais envolvidos expressem o mesmo “roteiro”, ou seja, não é um fenômeno completamente espontâneo, mas derivado de um cálculo e de um repertório estabelecido e disseminado; e embora possa ter a raiva individual de um de seus formuladores de políticas como uma das origens possíveis, não é o meio final. A diplomacia da raiva, portanto, é não apenas um sentimento coletivo de raiva sobre determinado assunto, mas um esforço deliberado a nível de Estado de projetar internacional e ativamente uma imagem emocional sobre dada questão.

Os indicadores desse tipo de diplomacia são averiguados de várias maneiras. Espera-se que os discursos dos agentes passem a expressar ultraje e indignação sobre o outro lado e a incluam expressões emocionalmente carregadas. Também é esperado que se inclua quais as retificações esperadas do alvo, ou seja, as demandas para corrigir a falta. Os discursos podem por vezes não apenas sancionar a raiva, como também estimular mais respostas emocionais dos atores, como uma espécie de exibição pública de representação das maneiras como seu Estado tem sido injustiçado. Outro indicador são as ações punitivas e demonstrações de força levadas a cabo pelos atores estatais – retaliações ou contra-ataques – as quais podem envolver negar cooperações e acordos, fechar canais de comunicação, sabotar esforços do adversários em outros assuntos não relacionados a questão em discussão, ou ainda sanções e retaliações militares (HALL, 2015). A dificuldade na maioria dos casos de diplomacia da raiva é saber dosar o nível de resposta frente a ofensa, pois é possível que uma vez iniciada, sua trajetória fuja do controle e seja difícil de reverter – a emoção mobilizada pode, por exemplo, ser difícil de desligar quando já não é mais necessária aos interesses em jogo, tornando a questão um fonte de volatilidade emocional latente (HALL, 2015).

Assim, Estados-nação outrora submetidos ao colonialismo podem sofrer os efeitos de um trauma coletivo, levando-os a adotar um comportamento de política externa caracterizado como uma “ideologia pós-imperial”, espécie de sentimento de vitimização coletivo, que pode ser expresso por meio da diplomacia do ódio. Estados com esse tipo de comportamento tendem a ter como objetivo de suas políticas externas o reconhecimento e a empatia internacional de seu passado, bem como a maximização de sua soberania territorial e status internacional. Ao adotar a posição de vítima, a

Coreia do Sul também justifica suas políticas internacionais, participação ou não em acordos, apoio ou oposição ao Japão em fóruns multilaterais, entre outras manifestações, empregando um discurso de opressão e discriminação.

3.3 MODELO DE INTERPRETAÇÃO DOS ESTILOS DE LIDERANÇAS

Tendo em vista a enorme influência do poder Executivo sobre a tomada de decisões de política externa, bem como a tendência característica dos chefes do poder Executivo na Coreia do Sul serem governos fortes e carismáticos, torna-se necessário entender de que forma o estilo pessoal de liderança dos presidentes do período em estudo influenciou ou não as políticas externas adotadas, bem como sua resposta ao fenômeno do nacionalismo frente a essas questões. Há um bom número de estudos que analisam o perfil desses indivíduos por abordagens psicológicas, principalmente no pós Guerra do Golfo no início da década de 1990 (RENSHON, 1993; WINTER, 2003). O objetivo desses estudos, via de regra, é identificar de que forma o comportamento e perfil de determinado líder impacta em processos de negociação, gerenciamento de crises e tomadas de decisão, dado determinado contexto histórico, cultural ou político em que o indivíduo se insere. Identificando os padrões, torna-se mais fácil prever possíveis padrões de conduta. Esses estudos podem ser classificados em três tipos de acordo com o viés de análise adotado: “cognitivo, estudo de traços de personalidade e estudos de caso qualitativos abrangentes que integram a análise psicobiográfica com uma análise psicodinâmica do caráter e estrutura de personalidade” (POST; WALKER; WINTER, 2003, p. 18).

Para o caso estudado neste trabalho se centralizará na análise do segundo tipo, os traços de personalidade dos dois presidentes do período analisado. O trabalho de Margareth Hermann (2003b) de avaliação de estilos de liderança, especialmente de Saddam Hussein, nos permite algumas extrações e comparações. O termo estilo de liderança refere-se as maneiras pelas quais os líderes se relacionam com aqueles ao seu redor - sejam políticos conselheiros internos ou outros líderes externos -, como estruturam as interações e quais normas, regras e princípios orientam tais interações. No estudo de Hermann (2003a), os dois principais materiais sugeridos para analisar esses estilos são os discursos e as entrevistas de presidentes com a mídia. No primeiro material, as falas costumam ser elaboradas previamente, enquanto no segundo, os líderes têm menor controle sobre o que dizem, ainda que tenham tido uma preparação e estejam também em um ambiente público, tornando mais fácil visualizar quais os interesses de fato em jogo.

A partir dessa coleta, são propostas três perguntas para averiguar os estilos de liderança: (i) como os líderes reagem as restrições políticas em seu ambiente, respeitando ou desafiando-as?; (ii) o grau de abertura dos líderes a informações – se seletivos ou abertos a novas informações para orientar suas políticas; (iii) as razões que movem os líderes – seja a necessidade de manter as atenções sobre si ou pelos relacionamentos que podem ser formados com constituintes proeminentes (HERMANN, 2003a). Com base nas respostas encontradas a essas perguntas, é possível construir um estilo de liderança específico, no qual se desprende se o líder é mais sensível ou não ao contexto político e até que ponto ele deseja e dispõe de controle maior ou menor sobre os acontecimentos ou se atua como um agente dos interesses de outrem.

A reação de líderes a restrições, como eles processam informações e quais os motivadores de sua liderança compõem os dados para o estilo da liderança. O grau pelo qual acreditam que podem influenciar o ambiente e os acontecimentos, bem como a sua necessidade por deter maior ou menor poder, nos indicam se o líder adota uma postura de desafio ou de respeito às restrições do ambiente. Líderes que desafiam as restrições, por exemplo, tendem a enfrentar crises de frente, expondo-se publicamente, e a alcançar soluções rápidas e decisivas para a questão. Já líderes mais sensíveis ao contexto em que se encontram, tendem a interpretar eventos caso a caso e a serem mais empáticos e interessados em compreender de que forma o outro lado da crise a interpreta para tomar sua decisão a partir disso. Tendem também a apresentarem maior abertura para barganhas e concessões. Restrições definem os parâmetros de ação para esses líderes, mas são suas características pessoais que indicam o grau de fechamento ou apoio – e onde esse é buscado - do ambiente para a tomada de decisões (HERMANN, 2003a). No caso sul-coreano, compreende-se essas restrições como a opinião pública em relação a determinadas questões, como políticas direcionadas ao Japão, bem como do corpo burocrático, explicado no capítulo anterior, e até que ponto os presidentes temem ou se submetem a esse tipo de restrição.

Além da flexibilidade para com as restrições, importa estender o nível de complexidade conceitual e autoconfiança desses líderes para averiguar o grau de abertura a informações e o que os motiva. Os dois indicadores também revelam a orientação dos líderes para com os adversários, bem como o grau de abertura para contribuições de outras pessoas e do ambiente político em geral no processo de tomada de decisão. Maior nível de complexidade conceitual sugere maior disposição a ouvir novas informações e recomendações, ou seja, a serem mais abertos, contudo, menor

complexidade conceitual implica em menor abertura. Líderes com alta autoconfiança e baixa complexidade conceitual representam ideólogos, com princípios e causas definidas que os movem, os quais costumam ser indiferentes e fechados a sugestões externas e com uma tendência a reinterpretarem o ambiente para se adequar à sua visão de mundo. Apresentam tendência a buscarem informações que corroborem a sua opinião e aumentem sua capacidade de convencer os outros do que deve ser feito. Para convencer esse tipo de liderança a alterar suas políticas, é necessário que incorram primeiro em uma série de fracassos até que fique claro a falha da estratégia. Uma vez convencidos da necessidade de alterar a política, pode ocorrer uma mudança dramática no comportamento do líder, o qual reinventa seus argumentos de modo a explicar e convencer o público da necessidade de dada mudança para o país (HERMANN, 2003a).

Relacionando com os governos sul-coreanos, os presidentes fazem parte de um grupo, seu partido, que possui determinadas diretrizes, preconceitos e ideias estabelecidas previamente. Mensurar a extensão do radicalismo, ou do nacionalismo, do presidente para com essas ideias torna-se também importante, bem como seu nível de desconfiança geral dos outros – dentro e fora do partido – e o quanto opta por soluções para resolução do problema ou a manutenção do seu grupo no poder. Presidentes com baixo nível de desconfiança e maior complexidade conceitual – logo mais confiantes e mais interessados na busca por consenso - tendem a respeitar ou concordar com as restrições e a trabalhar dentro dos limites previamente definidos. Elevadas tendências nas duas características – confiança e busca pelo consenso - sugerem líderes abertos e estratégicos, capazes de deter noções claras do que desejam sobre determinado evento ou política, mas ao mesmo tempo com flexibilidade para averiguar qual a melhor postura a ser adotada para o caso em particular. Ambas as características em graus mais baixos implicam em governos fechados, nos quais prevalecem as opiniões daqueles ao redor do presidente, o qual se inclina a posições que lhe parecem mais seguras de serem bem-sucedidas (HERMANN, 2003a).

Por outro lado, a crença de lideranças na sua capacidade de controlar eventos significa uma visão de mundo na qual o indivíduo entende que ele ou o seu governo possuem algum nível de controle sobre a situação que se apresenta, geralmente conectada com a sua necessidade maior ou menor por poder. A necessidade de maior poder é um indício da necessidade pessoal do líder apresentar-se como o vencedor ou o certo em determinada questão – no caso sul-coreano não se trata de vencer o Japão efetivamente, mas vencer as contendas históricas e atuais posicionando o país como o lado certo nas questões levantadas. Tendem a trabalharem mais ativamente nos

bastidores e a apresentarem-se como figuras ousadas e carismáticas, com algum viés de heroísmo. Quanto a necessidade de poder é baixa, todavia, a necessidade de estar no comando frente a visão pública é menor. Há também algum interesse em capacitar outros para estarem a frente e receberem os créditos, estando esses líderes dispostos a sacrificar interesses pessoais pelos do grupo, vendo o bem do grupo como algo bom para si (HERMANN, 2003a).

Assim, líderes que creem poderem controlar o rumo dos eventos, mas com baixa necessidade de poder (motivação não está ligada a fatores internos, mas as relações possíveis de se gerar), tendem a ser mais ativos na formulação de políticas externas e a tentarem assumir controle de eventos e a desafiarem as restrições, mas não se saem bem nos trabalhos de bastidores para angariar o apoio necessário, nem em ler em manipular o outro lado em uma negociação. O oposto desses líderes são os indivíduos com baixa crença em sua capacidade de controlar os eventos e alta necessidade de poder, os quais são mais reativos aos eventos e tomam um tempo para conferir o desenvolvimento da situação antes de agir, mas por terem alta necessidade de poder tendem também a desafiarem as restrições – porém o fazem nos bastidores, indiretamente, sendo mais ativos em esquematizar o processo do que com o resultado. São menos inclinados a tomarem a frente em iniciativas, optando por relegar responsabilidades por políticas ousadas ao adversário ou aos seus subalternos (HERMANN, 2003a).

Um dos casos de estudo de estilo de liderança mais estudados é o de líderes classificados como extremistas pela mídia internacional, como no exemplo do artigo de Hermann (2003b), Saddam Hussein. Embora os presidentes sul-coreanos desde a redemocratização não ganhem a mesma alcunha, é interessante comparar o caso considerando que Hussein também é visto como um líder nacionalista, com personalidade forte e carismática em seu meio. No estudo de Hermann (2003b), ela aplica a análise de seis traços: nacionalismo, crença de capacidade de controlar o ambiente, necessidade de poder, complexidade conceitual, desconfiança, autoconfiança e tendência em se concentrar na resolução do problema ou na manutenção das ideias de seu grupo.

Uma alta pontuação no critério nacionalismo pode indicar um sentimento de personalismo da pessoa em relação ao país, pelo qual se algo atinge a nação é também interpretado como uma ameaça ao poder e prestígio do líder. Há um mundo, nessa concepção, dividido entre amigos e inimigos, aliados e rivais, sendo o outro rapidamente responsabilizado pelas mazelas do país. Tais traços se relacionam fortemente com os debates acerca da vitimização da Coreia do Sul em relação ao outro, o Japão, no tocante

às questões da Segunda Guerra Mundial. Uma ameaça externa ou um bode expiatório responsável pelos problemas internos são recursos recorrentemente criados por políticos em tais casos para reunir simpatia para si ou para a sua causa, como na Coreia. Há um discurso entre o justo e o injusto, a vítima e o agressor, sendo a perda de um dos lados, o ganho do outro. Outra particularidade de líderes nacionalistas é a procura por somente conselheiros alinhados com seus interesses e objetivos, que seguem uma ideologia já definida. Combinando o forte nacionalismo com alta desconfiança se constrói um cenário de constante ameaça e necessidade de antecipar os próximos passos do adversário para terem controle sobre eventos futuros, ao passo que quaisquer críticas são interpretadas também como ameaças a sua autoridade (HERMANN, 2003b).

Hussein, nesse exemplo, apresentava fortes motivações nacionalistas e discursos que indicavam grandes desconfianças em relação a outros países, tornando-o um exemplo claro desse modelo de liderança. Desse modo, a maior parte de suas políticas seriam tomadas e executadas por ele próprio, sendo seus conselheiros e assessores meros implementadores das ações; além de serem tomadas de acordo com sua interpretação de estar o país cercado por um ambiente hostil e de ser necessário tomar ações ousadas antecipadamente e controlar os meios políticos ao seu redor. Hussein apresentava, por esses critérios, um perfil expansionista, com alto nível de nacionalismo, necessidade de poder, desconfiança nos outros e autoconfiança. Apontava as superpotências estrangeiras como responsáveis por todos os problemas do Iraque e a sua pessoa como a salvação para o país. Quando estava em situações que requeriam maiores informações ou que teriam consequências para o seu poder, tomava posturas de pragmatismo; porém, ao ver-se em desvantagem, atacava com princípios e argumentos nacionalistas – o quão bom era o Iraque, comparativamente ao mal dos outros (HERMANN, 2003b).

Contrapondo Hussein em alguns aspectos, o ex-presidente norte-americano Bill Clinton é avaliado como um caso de liderança que geralmente respeita as restrições do ambiente, é aberto a informações novas e externas a suas concepções pré-concebidas e tem como motivador a manutenção de uma imagem positiva de seu governo. De acordo com o perfil de Clinton em termos de complexidade conceitual e de capacidade de controlar o ambiente, percebe-se uma tendência comum a pessoas com perfil moderado nessas características de trabalharem dentro das restrições, apresentando maiores esforços em negociações e barganhas, bem como permitindo mais autonomia de seus assessores, embora delegando a culpa para esses com maior facilidade se a política falha (HERMANN, 2003c).

Ambos os presidentes sul-coreanos do período analisado apresentam traços em comum com os dois exemplos acima. Entretanto, um interessante traço apontado na literatura para os presidentes sul-coreanos é a manutenção de lideranças carismáticas. Líderes com essa característica apresentam geralmente moderado foco na realização de tarefas e sugerem uma preocupação maior com a aprovação popular. Costumam concentrar-se na solução de problemas quando esses surgem, mas mantêm em mente a noção das ideias em voga no contexto em que se encontram. Se por um lado são mais flexíveis, por outro tendem a manipular o ambiente para permanecer no poder ou a se colocarem como vencedores. Outras pessoas e grupos são vistos como instrumentos para os fins do líder, sendo eles mais hábeis quando podem interagir diretamente com os envolvidos (HERMANN, 2003a). Para permanecer dentro do círculo desses líderes, os consultores e assessores devem estar dispostos a seguir a linha estabelecida pelo líder e a não se aventurarem muito além disso – fenômeno que parece verificar-se na formação e manutenção dos quadros do serviço civil da Coreia do Sul. Por fim, para apresentar propostas, informações e reestruturações de políticas externas viáveis de serem aprovadas, esses consultores e outros políticos precisam estruturá-las de modo a aparentarem ser de interesse e condizentes com a linha do líder.

4 ANÁLISE DO CASO SUL-COREANO DE POLÍTICA EXTERNA PARA O JAPÃO

O violento período de domínio colonial japonês sobre a Coreia do Sul (1910 – 1945) resultou no rompimento inicial das relações entre as duas nações na segunda metade do século XX. O restabelecimento das relações só ocorreu em 1965, persistindo, nesse interim, uma série de tensões entre os dois no tocante, por exemplo, à situação dos coreanos residentes no Japão, bem como uma série de problemas de propriedade dos territórios ocupados e a legitimidade de sua posse, incluindo a estratégica ilha de Dokdo (Takeshima para os japoneses). Além disso, antes do acordo de 1965, era necessário estabelecer a jurisdição de cada país no espaço marítimo que divide os dois, ou a “Linha de Paz”, como ficou conhecida, que compreenderia 50 milhas náuticas como jurisdição coreana a partir da sua costa. A apropriação e posse de artefatos histórico coreanos pelos japoneses também gerou desentendimentos (KOH, 2001).

O acordo de 1965 propôs algumas resoluções sobre os problemas apontados acima, além de estabelecer benefícios econômicos à Coreia do Sul, importantes na situação que o país se encontrava no pós Guerra da Coreia. O compromisso japonês de fornecer ajuda econômica no valor de 800 milhões de dólares pelo período de dez anos teve impactos positivos para o desenvolvimento do país ainda que abaixo do almejado. Embora o valor fosse relativamente pequeno, os termos da normalização entre os dois países foram interpretados por muitos sul-coreanos como uma traição pelo regime de Park Chung Hee (1961 – 1979) (KOH, 2001).

Como apresentado no capítulo anterior, o nacionalismo sul-coreano é recorrentemente descrito na literatura como multifacetado (TULLY, 2012). Persistem, desde a época da libertação do Japão, os objetivos mencionados no capítulo dois – desenvolvimento econômico, segurança, autonomia e, mais recentemente, participação ativa do país em fóruns de decisões sobre problemas globais - envolvidos em três dimensões, ou atitudes nacionais, de protecionismo, engajamento internacional e orgulho nacional, os quais são comumente relacionados ao fenômeno de nacionalismo. Essas orientações e objetivos ajudam no entendimento da tomada de decisões de política externa do país no que tange a políticas para o Japão.

Embora os dois países tenham grandes razões que estimulariam os cientistas políticos a defenderem sua aproximação, na década passada, e principalmente a partir de 2005, as animosidades provaram estar longe de uma resolução. O “Ano de Amizade

Japão-Coreia do Sul” em 2005, que celebraria os quarenta anos do Tratado de 1965, revelou em uma pesquisa que apenas 8% dos coreanos tinham uma opinião favorável ao Japão (TULLY, 2012). Mesmo o valor crescendo em alguma medida nos anos seguintes, é visível o seu acentuado declínio na ocorrência de controvérsias entre os dois países, como na revisão da literatura japonesa sobre suas ações na Ásia durante a Segunda Guerra e o tema das “mulheres de conforto”. Os protestos nessas ocasiões atraem em grande parte a simpatia da população e tem destaque o volume de participantes, bem como o aspecto emocional e poético que tomam. Em 2006, “um homem coreano subiu no topo da bandeira japonesa e se cobriu com 187.000 abelhas - uma para cada metro quadrado das rochas de Liancourt [Dokdo/Takeshima], [...] para protestar contra a disputada reivindicação territorial japonesa” (TULLY, 2012, p. 13). Em 2011, após protestos semanais consecutivos a respeito da questão das mulheres de conforto, ativistas instalaram uma estátua de bronze de uma jovem coreana esperando sua restituição em frente à embaixada japonesa, a qual recebeu presentes a seus pés de habitantes de Seul nos anos seguintes em demonstração de apoio.

Em relação a outros parceiros da Coreia do Sul, os sul-coreanos tem posturas flutuantes com os Estados Unidos. Muitas críticas foram feitas ao país durante o governo Bush (2001 – 2009), mas convergiram positivamente no início do governo Obama em 2010 a partir do aumento da proteção norte-americana com o episódio do naufrágio de *Cheonan* - no qual 48 marinheiros sul-coreanos da embarcação *Cheonan* morreram em um conflito marítimo com a Coreia do Norte - e do bombardeio a ilha de *Yeonpyeong* no mesmo ano (TULLY, 2012). Em contrapartida, a relação com a China, no período analisado, bem avaliada no início, sofreu significativamente devido ao acanhamento do país em questões políticas com a Coreia do Norte.

As manifestações de nacionalismo no país recorrentemente invocam a necessidade de manutenção da integridade territorial, como no caso das Ilhas Dokdo/Takeshima, de reparação de injustiças coloniais, pelo Japão principalmente, bem como a necessidade de manutenção da estabilidade da Península como um todo. Fatores esses possivelmente relacionados à consciência histórica nacional que estimulou tais atitudes e políticas e, por outro lado, dificultou, no período em estudo, a participação da Coreia do Sul em órgãos regionais e tratados que beneficiariam o país e a região como um todo. Tais processos necessitam de uma revisão em profundidade maior nas próximas partes do trabalho para entender de que forma se constituem e impactam na tomada de decisão de política externa pelos mecanismos formais descritos no capítulo dois.

4.1 A IDENTIDADE SUL-COREANA CONTEMPORÂNEA E SUA RELAÇÃO COM O JAPÃO

A população da Coreia do Sul é recorrentemente classificada em pesquisas como homogênea pelo alto grau de heranças culturais, étnicas e linguísticas comuns. A convergência de elementos que compõem essa identidade homogênea, no entanto, perdura concomitante a sentimentos intensos de nacionalismo, que revelam uma ansiedade e orgulho disseminados na população em posicionar a Coreia do Sul no mundo, como visto anteriormente. Há um sentimento difundido da necessidade de se posicionarem como “uma comunidade nacional fortemente unida com um destino comum” (SAVADA; SHAW, 1990, np). Nesse sentido, a identidade sul-coreana contemporânea está ligada ao trauma da divisão da Península no pós-Segunda Guerra Mundial e ao seu extenso histórico de relações de subordinação com Estados estrangeiros.

Esse nacionalismo étnico sul-coreano teria sido construído sob sentimento anti-Japão e antiamericano, sendo recorrentemente atribuído a termos étnicos e a laços de sangue – há estudos defendendo que se produziu o senso de unidade coreana a partir de uma ancestralidade compartilhada. Teoria essa que se potencializou nas décadas de 1990 e 2000 com a globalização, a qual teria intensificado a identidade nacional étnica no país como uma reação as rupturas sociais e culturais trazidas pelo fenômeno mundial (CAMPBELL, 2016).

O primeiro trabalho apontado como referência para a primeira manifestação embrionária de uma identidade sul-coreana são os escritos de Shin Chaeho, *Doksa Sillon* ou “Uma nova forma de ler a história”, do final do século XIX. A obra equipara a história da Coreia, ou a história nacional, com a história da Nação como dirigidas pelo povo coreano, marcando de certa forma o início da discussão sobre nacionalismo no país, uma vez que pela primeira vez se mencionou o povo, ou a etnia coreana, em uma obra escrita ao invés da regular história de dinastias monárquicas. No final do século XIX, com o país enfrentando uma série de ameaças estrangeiras, a obra de Shin utilizava o mito de um herói antigo, Dangun, chamado de Pai do Povo Coreano, relacionando-o a formação da nação Coreia a partir da diáspora do povo de Dangun do nordeste da China para a Península Coreana. A homogeneidade étnica e a ideia de uma “raça coreana” surgem nesse trabalho e foram posteriormente tomados como base para a resistência a invasão colonial japonesa – em contraposição a alguns argumentos japoneses de que os coreanos seriam parte de um nicho da “raça japonesa” - e para a

construção de uma nação coreana. O nacionalismo étnico na Coreia do Sul parece seguir embasado até o presente em partes dos escritos de Shin e a prevalência dessa tese (CAMPBELL, 2016).

Cumings (1997), porém, propõe outra perspectiva para as raízes identitárias do país, argumentando que o período monárquico durante a Dinastia Joseon (1392 – 1910), imediatamente anterior a colonização, era composto por um Estado agrário cujo alcance do poder central ao interior era fraco. O Estado visava o interior do país para extração de impostos e a manutenção da paz, enquanto a maioria dos súditos mantinham suas vidas voltadas para suas necessidades econômicas internas em suas localidades, não havendo interesse por parte do Estado em promover a comunicação ou ligações significativas entre as comunidades. Portanto, discordando de Shin e da ideia de nacionalismo étnico, Cumings entende que os camponeses coreanos, durante a maior parte da sua história e até pelo menos a dominação japonesa, não teriam se visto ou se importado com qualquer origem étnica ou cultural compartilhada com os proprietários de terras e nobres que comandavam o país, estando mais preocupados com a fome potencializada pelos aumentos de impostos pelo governo central.

Já sob influência informal japonesa, ocorreram, em 1894, as Reformas Kabo, plano que afetou diversos aspectos da economia e da sociedade coreana, abrangendo a modernização das administrações locais - removendo sua autoridade absoluta sobre a população -, a separação maior do Executivo do Judiciário, além de uma série de reformas sociais que incluíram a abolição da escravidão, a extinção da estratificação por classes, a proibição de casamentos infantis, a criação de um sistema escolar primário, entre outras novas convenções e extinção de antigas práticas (CUMMINGS, 1997; CAMPBELL, 2016). Reformas essas que impactaram significativamente na organização social, econômica e administrativa do país e que, na visão de Cumings (1997) e outros autores, permitiram o início do nacionalismo coreano.

Outro autor que discorda da historiografia étnica para a formação da identidade do país é Henry Em (1999), que também aponta o momento crucial para o surgimento da nação coreana como o período colonial. O império japonês a partir de 1910 e da anexação passou a tentar erradicar a identidade coreana - a qual era sequer identificada como tal pela própria população até então -, banindo o uso de língua coreana, fechando escolas e promovendo uma série de políticas que inerentemente os obrigavam a rotular pessoas, culturas e idiomas como coreanas, o que gerou um efeito reverso do pretendido, pois os coreanos passaram, pela primeira vez, a identificar-se entre si como uma comunidade e até mesmo uma nação, mesmo que uma controlada por uma força

estrangeira. Esse imaginário se aprofundou entre todas as classes coreanas, uma vez que uma parcela significativa da população – estima-se que cerca de 40% da população adulta - se via obrigada a ser expatriada de seu país e passou a unir-se com outros compatriotas “coreanos” também levados de sua terra de origem para realizarem trabalhos forçados. Dessa forma, a era colonial lhes tirou o Estado, mas paradoxalmente fez essa população se ver como uma nação, com a qual os coreanos passaram a se identificar como uma identidade comum e aprofundaram a ideia de pertencimento a uma comunidade nacional (CUMINGS, 1997; EM, 1999; CAMPBELL, 2016).

O domínio colonial, porém, não apenas forçou a identificação étnica coreana, mas também outros tipos de nacionalismo em resposta ao domínio japonês. O chamado nacionalismo cultural, mencionado no capítulo três, foi a forma encontrada pelos coreanos de contornarem as restrições coloniais, dentro das quais se buscava estabelecer reformas, promover o ensino de cultura e língua coreana, bem como planejar o desenvolvimento econômico para uma futura independência (ROBINSON, 1988). Sem confrontação direta com as autoridades coloniais, os movimentos nacionalistas trabalhavam abaixo do controle e da censura coloniais.

O primeiro governo civil do Sul foi comandado por Rhee Syngman (1948 – 1960), que adotou em suas políticas o nacionalismo étnico estimulando os sentimentos anti-Japão e pró-Independência como mecanismos para legitimar seu governo em um momento crítico na história da Península, mas também quando era necessário barganhar com seu maior aliado, os Estados Unidos (CAMPBELL, 2016). A Guerra da Coreia, como já dito, é interpretada por vários autores como uma guerra inspirada não meramente por ideologias conflitantes, mas também pelo forte nacionalismo étnico do período na península. A divisão territorial somada a popularidade do senso de uma homogeneidade étnica resultou em uma pressão social fortíssima para recuperar a unidade territorial perdida.

O regime adotado a partir golpe que depôs o sucessor de Rhee e levou ao poder Park Chung Hee (1961 – 1979), adotou um nacionalismo étnico menos explícito, reduzindo as críticas aos Estados Unidos e ao Japão, e exigindo o apoio desses dois atores para contenção da Coreia do Norte e desenvolvimento econômico do Sul. O nacionalismo outrora empregado contra inimigos externos, passou a ser utilizado como instrumento interno de legitimação da ditadura e mobilização. A própria justificativa usada no golpe foi de que teria sido um ato de patriotismo visando a salvação da jovem nação ameaçada por protestos da população, em especial de estudantes. Nação e nacionalismo foram empregados nesse contexto, portanto, como termos de legitimação

de um regime autoritário e para justificar planos de desenvolvimento cuja conta maior foi transferida para os mais pobres do país.

Assim como no Brasil, a Coreia do Sul também passou pela experiência de uma ditadura na qual houve um “milagre econômico”. Porém, o início da década de 1970 mostrou já os primeiros sinais do fim desse período de prosperidade para a Coreia do Sul, aumentando o descontentamento e a impopularidade do regime. Park então trouxe um plano de industrialização da área química para tentar reerguer a economia e implantou reformas repressivas na Constituição que restringiram uma série de direitos da população. O uso brutal da força contra qualquer oposição somada a políticas de promoção de tradições culturais coreanas e o forte apelo para o nacionalismo foram outras tentativas de, mais uma vez, legitimar seu governo e mobilizar a população com o fim de consolidar suas políticas econômicas e o regime. Ademais, o nacionalismo foi empregado pelo governo a fim de mobilizar a população para apoiar a autonomia militar do país em um contexto da Guerra Fria já de Détente, retirada militar dos Estados Unidos do Vietnã e discussões do presidente Carter para fazer o mesmo na Coreia (KOH, 2001; CAMBELL, 2016).

O último governo da ditadura, de Chun Doo Hwan (1980 – 1988), chegou ao poder com uma crise de legitimidade anunciada, em um momento de desejo pelo povo coreano por democracia. A instabilidade do regime provocou mais episódios de brutalidade com a oposição, sendo um dos episódios mais emblemáticos, o episódio do massacre de Gwangju, que causou centenas de mortes e desaparecimentos. O uso do aparato governamental de repressão, somado ao uso da retórica nacionalista e ao fato de ter logrado fazer uma boa gestão da crise econômica manteve o governo por mais sete anos no poder. A retórica nacionalista compreendia principalmente a ideia de um inimigo externo, no caso, a Coreia do Norte, mas também a ameaça e ódio ao comunismo em geral, bem como a ideia de reunificação da Península (CAMPBELL, 2016).

Dessa forma, assim como seu antecessor, Chun empregou o nacionalismo ético para defender seu regime. No caso de Park, os discursos enfatizavam como suas ações eram feitas em nome da unidade nacional e modernização do país, uma vez que suas duas principais tarefas eram a segurança nacional e a melhora da economia (SHIN, 2006; CAMPBELL, 2016). No caso de Chun, o pano de fundo era uma sociedade menos favorável ao autoritarismo e mais convencida da necessidade de democracia, por conseguinte seu discurso buscava construir uma legitimidade para seu regime, prometendo o fim da corrupção e o crescimento econômico da nação.

O nacionalismo étnico parece ter continuado a aparecer mesmo após a democratização em 1987 em mobilizações esportivas, como os Jogos Olímpicos de Seul (1988), e nas tentativas dos presidentes seguintes em melhorar relações com a Coreia do Norte. Além disso, é visível a cautela dos presidentes com políticas de liberalização que envolvessem abertura de mercados à concorrência internacional, sendo várias políticas rejeitadas, por medo de ofender sentimentos nacionalistas étnicos da população. Alguns autores e economistas argumentaram posteriormente que essas políticas poderiam ter ajudado o país a suportar melhor os impactos da crise financeira asiática em 1997 (CLIFFORD, 1998; KONG, 2000).

Conquanto a desconfiança entre as duas Coreias permaneça muito forte, muitos dos sul-coreanos que defendem a reunificação das duas denunciando, por exemplo, a divisão nacional como derivada de ações, no passado e no presente, das superpotências - Estados Unidos e União Soviética. Ao mesmo tempo, a dificuldade em avançar com a reunificação ou mesmo a melhora nas relações entre os dois países é interpretada por esse grupo como resultado da dependência do país em relação aos Estados Unidos (SAVADA; SHAW, 1990).

Como visto acima, o peso histórico tem grande importância na identidade contemporânea do país e no seu comportamento internacional. Como descrito no capítulo anterior, a memória coletiva é uma das fontes para construção da identidade de uma nação, originando-se a partir da interpretação histórica de um determinado conjunto de acontecimentos ou sistema político, mas podendo mudar quando há estímulos a mudanças na memória coletiva. Estímulos que podem ser muitas vezes uma transferência da consciência coletiva do sistema político de um grupo para outro (MYLONAS; KUO, 2014; MILLER, 2014). Dessa forma, a memória coletiva do trauma é transmitida por gerações de grupos - das elites ou sobreviventes - com interesse em sustentar essa memória como parte da sociedade (MYLONAS; KUO, 2018). Estados submetidos a experiências traumáticas colonialistas podem resultar em efeitos de um trauma coletivo em sua população. Tais efeitos podem, posteriormente, resultar em políticas externas marcadas pelo sentimento de vitimização e pelo objetivo de reconhecimento de seus status de vítimas perante outros Estados e maximização de suas soberanias territoriais, adotando discursos de culpabilização e ataque aos Estados colonizadores como vitimizadores (MILLER, 2014).

O caso acima parece estar presente no cenário sul-coreano, onde o nacionalismo estabelecido no país foi formulado a partir de influências de fatores externos, sobretudo as relações com o vizinho, Japão. As desavenças entre os dois retomam a vários

episódios e processos de longa data e que tiveram seu auge no início do século XX. O primeiro tratado internacional assinado pela Coreia com o Japão data de 1876, no qual já se previa uma série de vantagens extraterritoriais aos nacionais do segundo em detrimento do primeiro, além de abrir - forçosamente - os portos coreanos ao comércio internacional (CUMINGS, 1997).

A história coreana nesse período está diretamente relacionada à dinâmica imperialista que se estabelecia. A presença europeia é responsável pelo início da chamada Coreia moderna (CUMINGS, 1997; VISENTINI, 2011). Embora o título remetesse à incorporação de dinâmicas internacionais a um país outrora isolado, significou também o início do fim da capacidade de seus líderes locais definirem políticas e ações de maneira independente (CUMINGS, 1997). Conquanto as elites, tanto japonesa quanto coreana, tenham realizado esforços, em diferentes medidas, para evitar que suas nações sucumbissem ao domínio ocidental imperialista, é inegável que o projeto japonês foi o mais bem sucedido - tendo contribuído para o feito, seu pequeno mercado interno e limitados recursos naturais, que não estimulavam interesses imperialistas mais vorazes.

A chamada Restauração Meiji, revolução modernizadora iniciada em 1868, promoveu uma industrialização acelerada dotando a nação com uma indústria moderna e abolindo o antigo sistema feudal nas esferas social e econômica (VISENTINI, 2011). Em três décadas, o Japão tornou-se uma nação imperialista, com desenvolvimento industrial e agrícola avançados e apoiado em um militarismo agressivo. Em contrapartida, a Coreia não logrou o mesmo desenvolvimento que o vizinho e passou a ser objeto de disputa entre vários países imperialistas da época, incluindo o próprio Japão. A elite coreana dividiu-se doravante em vários grupos, de acordo com o interesse ou inclinação a apoiar um ou outro país, bem como grupos interessados em favorecer-se de diferentes atores de acordo com o benefício que cada qual poderia oferecer (CUMINGS, 1997).

Esse entendimento dos distintos formatos de incorporação coreana e japonesa ao sistema imperialista do período ajuda a compreender os desdobramentos dos anos seguintes. A formação do Império Japonês, expansionista e militarista, almejava a incorporação da China e da Manchúria, bem como a Península Coreana. Ademais, os ricos recursos agrícolas da Península eram importantes para o Império, considerando a pequena extensão territorial do Japão (KIL; MOON, 2001). Antes da anexação coreana de fato, o país passou por disputas com a China e com a Rússia (Guerra Sino-Russa)

cujas vitórias possibilitaram, entre outros trunfos, a gradativa anexação do território coreano, formalizada em 1910.

No período colonial e principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, foram estipuladas políticas de assimilação pelo governo japonês, já mencionadas, com o intuito de erradicar a identidade nacional coreana e incorporar a população forçadamente à cultura japonesa a fim de torná-los súditos obedientes ao Império. O slogan *Nissen ittai* (Japão e Coréia como um) significou o fechamento de jornais e revistas publicados na língua coreana, a dissolução da Sociedade da Língua Coreana e a obrigação de publicações apenas na língua japonesa. Nas escolas, alunos que falavam coreano eram punidos e uma série de medidas foram estabelecidas para pressionar as famílias a adotarem famílias e nomes próprios japoneses, bem como a religião xintoísta e reconhecer o imperador como uma divindade (SAVADA; SHAW, 1990).

É consenso, entre a maioria dos historiadores, que esse período de anexação da península entre 1910-1945 é um dos principais fatores de discordância entre os dois países até o presente (CUMINGS, 1997; VISENTINI, 2011; LEE, 2018; CHA, 1996; NAM, 2018; ODA, 2018). Porém, as causas para as posturas coreanas em relação ao Japão como ator com o qual há uma predisposição para relações antagônicas são complexas. Além da hostilidade alimentada pelas memórias de invasão e opressão colonial, contribuem para essa perspectiva atritos econômicos contemporâneos e a incapacidade ou falta de vontade do governo japonês de adotar políticas efetivas sobre o tratamento discriminatório da grande minoria coreana no Japão (SAVADA; SHAW, 1990). Grupos nacionais ou étnicos muitas vezes precisam de um "outro", um grupo externo a si, contra o qual possam se contrapor. A identidade nacional se torna uma idealização da existência de um interno versus um externo, ou um grupo interno supostamente coeso e um grupo externo antagônico, processo que intensifica a formação identitária do primeiro como distinta do segundo (MYLONAS; KUO, 2018).

Em 1965, foi firmado o Tratado de Relações Básicas entre o Japão e a República da Coréia, entretanto as cláusulas do Tratado nunca foram aceitas em sua totalidade, principalmente no tocante à opinião pública coreana. Muitas controvérsias importantes e referentes ao período colonial ou foram negligenciadas pelas autoridades da época, ou receberam uma solução paliativa, pouco eficiente e até mesmo ofensiva em alguns casos. Esse foi o caso da exploração de mão de obra escrava utilizada pelo Império Japonês e das chamadas “mulheres de conforto”, dois exemplos da exploração sistemática promovida pelo governo japonês sobre a população do território colonizado (REYNOLDS, 2020). O Japão alega que todas as reivindicações foram resolvidas pelo

acordo de 1965 e pelo fundo criado em 2015 - o segundo no que tange ao tema das “mulheres de conforto”.

Na década de 1980, contudo, o Ministério da Educação japonês definiu novas diretrizes pelas quais os livros didáticos suavizaram a linguagem usada para descrever as agressões cometidas pelo Japão durante a Segunda Guerra Mundial, provocando indignação em vários países asiáticos, incluindo a Coreia do Sul. A controvérsia estimulou uma campanha nacional para construção do chamado Independence Hall, memorial da exploração colonial japonesa próximo a Seul, inaugurado em 1987 no aniversário da libertação da Coreia do Japão (SAVADA; SHAW, 1990).

Além da questão educacional, a visita de alguns ministros japoneses ao santuário xintoísta Yasukuni, local histórico que, a partir de 1978, passou a prestar homenagens também aos líderes militares condenados como criminosos da Segunda Guerra Mundial (ODA, 2018) estimulou indignação e reforçou a imagem do Japão como “outro”. Os protestos visavam, e ainda visam, a criticar uma série de políticas e tentativas de reduzir a gravidade dos crimes cometidos pelo Japão no período colonial, bem como outras políticas adotadas pelos dois governos para encerrar as controvérsias rapidamente sem uma solução adequada (REYNOLDS, 2020).

Dessa forma, um dos principais fatores constituintes das identidades de cada um dos dois países são as queixas de mais de um século de um para com o outro. Alguns autores alegam que o “Japão é o ponto central de referência negativa na auto imagem da Coreia do Sul moderna, e as atitudes anti-japonesas formam um componente integral do nacionalismo sul-coreano” (SAKAKI, 2019, p. 2). Nacionalistas japoneses, em contrapartida, alegam que as críticas são excessivas e ferem o orgulho nacional do povo japonês, principalmente devido à narrativa presente nos manuais escolares, representando, na visão desse grupo, uma visão distorcida e pejorativa dos atos nacionais realizados no passado, impactando na autoimagem da sua população (ODA, 2018; SAKAKI, 2019).

A experiência histórica compartilhada entre os dois países provocou não apenas hostilidade à época e no período seguinte, mas também o desejo de purificar a cultura coreana das influências japonesas remanescentes no pós Segunda Guerra. O governo, por exemplo, proibiu a distribuição de filmes e músicas japonesas no país na década de 1980 (SAVADA; SHAW, 1990). Esse interesse alinha-se com a necessidade de criar maior contraste entre os dois lados, na cultura, literatura e outros âmbitos, estimulando ainda mais a interpretação do Japão como “outro”, o grupo externo contrastante. A ideia

de que esse outro representa uma ameaça, por outro lado, estimula o nacionalismo e compõe o que se denomina atualmente de identidade nacional desse público.

4.2 AS POLÍTICAS EXTERNAS SUL-COREANAS NO PERÍODO 2003 - 2013

Como descrito no capítulo dois, os presidentes da Coreia do Sul possuem, constitucionalmente, larga margem de poder sobre as decisões de política externa. Desse modo, as particularidades dos mandatos de cada um tornam-se importantes, refletindo nas escolhas de organização da estrutura de governo e nas respostas institucionais do país frente a dilemas com o Japão. O início de um mandato envolve mudanças estruturais em ministérios, agências e escritórios de secretarias da Casa Azul, bem como ajustes de prioridades e de políticas de administração, comunicação e consulta conduzidas para a formulação de política externa. Presidentes que prezam por procedimentos tendem a adotar canais de comunicação mais formais, ao passo que presidentes com maior preocupação com a política externa e seus detalhes tendem a ouvir mais conselheiros e assessores do que outros, optando por canais mais abertos de comunicação (HERMANN, 2003a; KIM, 2018). O objetivo das próximas subseções é aplicar as perguntas norteadoras propostas por Hermann e a teoria da diplomacia do ódio de Hall aos casos dos dois presidentes da Coreia do Sul, de partidos com orientação ideológica distinta e dominantes no cenário político coreano, no período de 2003 até 2013.

4.2.1 O governo de Roh Moo-hyun (2003 – 2008)

Roh Moo-hyun assumiu a presidência da Coreia do Sul em fevereiro de 2003 pelo partido Uri. O início de seu governo foi marcado pela apresentação de sua política oficial de “paz e prosperidade”, composta por dozes metas, das quais duas tratavam sobre temas de política externa, segurança e relações intercoreanas: transformar o país em um centro econômico no nordeste asiático e construir bases para a paz na península coreana. Os dois objetivos levavam para o campo das metas políticas a aspiração de Roh Moo-hyun em fazer da Coreia do Sul uma potência regional capaz de desempenhar o papel de mediador das tensões entre Estados da região e grandes potências extrarregionais, ou seja, era um plano que visava não só a Península, mas todo o seu entorno (ZHU, 2007). No início do mandato, o vice-Ministro de Relações Exteriores e Comércio escolhido destacou que o país trilhava um caminho “livre do peso das questões históricas e seria um país-ponte entre os países avançados e em

desenvolvimento, podendo assim sugerir uma direção de integração capaz de harmonizar os interesses dos países de forma equilibrada” (ZHU, 2007, p. 82).

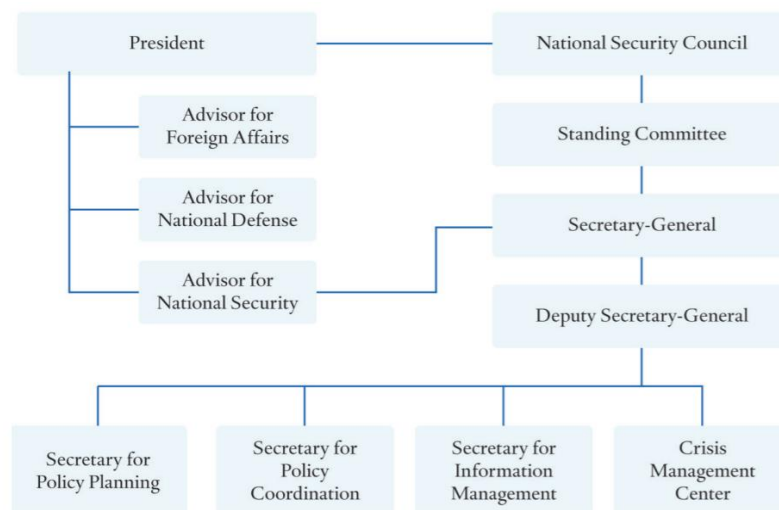
A política externa de equilíbrio foi recebida com ceticismo por parte de opositores e outros críticos. O maior partido de oposição, por exemplo, o Grande Partido Nacional, defendia uma linha mais dura com a Coreia do Norte e rotineiramente denunciava a política de Roh como de “esquerda”. Outros grupos alegavam que seria impossível o país assumir tais compromissos em uma região volátil politicamente como a que se encontra a Coreia ao passo que, para outros, essa posição em não escolher ou um lado – unir-se aos Estados Unidos a fim de pôr fim ao regime de Pyongyang – ou outro – rejeitar os norte-americanos e trabalhar em prol da reunificação baseada no nacionalismo étnico e histórico – seria ainda mais prejudicial.

Essas duas visões presentes ao longo do governo Roh foram também decorrentes do contexto de mudanças nas relações globais, regionais e domésticas. No início de seu mandato, os Estados Unidos encerravam o fornecimento de óleo combustível à Coreia do Norte após esta se retirar do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). Em um cenário de potencial nuclearização do vizinho ao norte e de maiores desafios à segurança e economia da região, parecia, na visão de Roh, necessária uma cooperação mais estreita entre os países do nordeste da Ásia para contornar essas problemáticas. Além disso, desde a década de 1990, o país passava internamente por uma nova ascensão do nacionalismo, com viés internacional, o qual passou a influenciar a política externa, levando a formação da proposta de uma Coreia do Sul mais independente por Roh (ZHU, 2007).

A história política de Roh Moo-hyun nos permite classificá-lo como automotivado ou com elevada autoconfiança, na definição de Hermann (2013a). O ex-presidente era movido por princípios e uma causa definida: permitir que a Coreia fosse mais independente dos Estados Unidos e torná-la a potência média líder da região. O ex-presidente era também apontado como geralmente aberto a discussões livres e ao debate, acreditando em um modelo de liderança mais “horizontal” para os padrões coreanos (KIM, 2018). A organização dos ministérios e agências no início do seu mandato refletiu o seu perfil. As relações exteriores e a política de segurança tiveram responsabilidades bem divididas, com seus assessores diretos responsáveis por uma e o Conselho Nacional de Segurança pela outra. Essas opções nos indicam uma maior complexidade conceitual do presidente, ou seja, uma maior abertura para ouvir novas informações e recomendações.

Roh almejava erradicar tendências na presidência vistas como heranças do passado autoritário e delegava tanto quanto possível. Aberto a novas ideias, mas adepto a formalidade – preferia um sistema de regras estabelecidas em detrimento das abordagens de arbitragem personalizadas, ou seja, era uma mistura de competitivo e formal. Esses traços nos sugerem, pela abordagem de Hermann (2013a, 2013b), que Roh teria menor crença em sua capacidade de controlar os eventos, embora tivesse alta necessidade de poder - como será visto na sequência em sua abordagem com o Japão. Especialmente no campo de políticas de segurança, Roh adotou o máximo de formalismo e era visível sua dependência em relação às opiniões de seu assessor, o primeiro secretário-geral do Conselho Nacional de Segurança (NSC), Lee Jong-Seok, quem cuidava da pasta. Com apoio total do presidente que o colocara nessa posição de poder, secretário Lee tinha controle total do processo de tomada de decisão e implementação de políticas de segurança. Tal situação, contudo, provocou críticas e resistência de outros ministérios e agências também envolvidas na formulação de política externa e securitária.

Figura 2: Organização estrutural do governo de Roh Moo-Hyun



Fonte: Kim, 2018.

As reclamações dos diplomatas de carreira da seção de relações exteriores foram as mais significativas, desejando que a Coreia do Sul adotasse uma postura não apenas de enfrentamento, mas de liderança da frente multilateral contrária à Coreia do Norte, com a eclosão de denúncias de nuclearização do país. O NSC, contudo, seguindo a linha presidencial de paz e prosperidade, estabeleceu uma linha de apaziguamento que incomodou profundamente os diplomatas do Ministério. A menor flexibilidade do

governo Roh para esse tipo de visão indica que, apesar do maior índice de complexidade conceitual, haveria menor interesse por consensos, o que implica no que Hermann (2013a) descreveu como um cenário no qual prevalecem as opiniões daqueles ao redor do presidente.

Os atritos ideológicos dentro da burocracia durante o governo Roh estavam relacionados às divergências entre a ala mais nacionalista e favorável a autonomia do país, apoiando a política externa de Roh, e a ala que priorizava alianças com Estados Unidos. Exemplo desse embate foram os debates sobre o envio ou não de tropas sul-coreanas ao Iraque. A ala que priorizava alianças com os norte-americanos – Ministérios de Relações Exteriores, Defesa e outros conselheiros de segurança, relações exteriores e defesa nacional – apoiaram o envio expressivo de tropas, mas a decisão final foi pela linha do presidente, assessorada por Lee, líder do primeiro grupo que prezava mais a autonomia nacional, assim, foi enviada uma expedição muito limitada ao Iraque.

A adoção de uma política externa independente incluiu a Coreia do Sul na lista de países chamados de “eixo da independência” na época, como França e Alemanha com Jacques Chirac e Gerhard Schroeder respectivamente. Apesar do grupo ser lembrado pela rejeição à invasão norte-americana ao Iraque, Roh Moo-hyun mais de uma vez negou as acusações de ser antiamericano. Conforme o que a diplomacia da raiva, explicada no capítulo três, nos sugere, os discursos de Roh destacavam sempre que a relação Seul-Washington não estavam para ele de modo algum abaixo da cooperação Seul-Pyongyang (ZHU, 2007). Entretanto, as eleições de dezembro de 2002 haviam ocorrido em um contexto interno de forte antiamericanismo e nacionalismo étnico, como já dito. Roh se elegeu, em parte, adotando a retórica nacionalista e antiamericana esperada por parcela significativa do eleitorado, porém, uma vez eleito, é de destaque para alguns autores o recuo em sua retórica antiamericana, embora tenha mantido alguma distância dos norte-americanos (por exemplo, ZHU, 2007). O antiamericanismo estava também ligado à insatisfação e incompreensão dos coreanos em relação à falta de reação estadunidense às ofensas japonesas no que tangia a uma série de polêmicas militares com o Japão, uma vez que os EUA foram também alvos do Japão imperialista no passado.

A postura de Roh de defender a linha dominante na época das eleições adotando algum nível de antiamericanismo, corrobora a interpretação da sua baixa crença em controlar os eventos e alta necessidade de poder. Como visto em Hermann (2013a, 2013b), indivíduos com esse perfil tendem a ser mais reativos aos eventos e a tomar

tempo para refletir sobre a situação antes de agir, no entanto, por terem alta necessidade de poder, tendem também a desafiar as restrições, o fazendo, porém, indiretamente. Neste caso, a política de distanciamento dos Estados Unidos, seguida por afirmações de não ser antiamericano indicam que Roh estaria ciente tanto da dependência do país com os norte-americanos quanto do antiamericanismo presente no eleitorado, por isso há divergências neste caso entre seus discursos e práticas. Além disso, a delegação das responsabilidades práticas ao seu subalterno no caso de Roh também se verifica nos poderes conferidos à figura de Lee Jong-Seok.

Em relação às polêmicas com o Japão, as relações com o país, quando Roh recebeu o cargo, estavam estáveis. Todavia, o ambiente rapidamente se alterou ainda em 2003. As controvérsias iniciaram na primeira visita do presidente ao Japão naquele ano. Na ocasião, o presidente, respondendo a um repórter japonês, se referiu as Ilhas Dokdo (nome para os coreanos) pelo nome japonês, Takeshima. Pouco depois, outra controvérsia surgiu em torno de sua visita ao Imperador japonês coincidir com o Dia da Memória coreano, dia em lembrança e homenagem aos ex combatentes e civis mortos na Guerra da Coreia. Além disso, Roh anunciou na visita que não demandaria mais desculpas do Japão pela ocupação colonial, a fim de expressar a intenção de melhorar o relacionamento entre os dois países. Contudo, essas declarações provocaram fortes reações internamente para o presidente na Coreia na medida em que críticos declararam que o Japão poderia interpretar isso como o fim de sua responsabilidade pelos ocorridos no período colonial e justificar negativas de pedidos de indenização futuros (ZHU, 2007).

Aos poucos, os esforços iniciais de Roh em melhorar as relações com o Japão foram piorando drasticamente. Na sequência dos episódios relacionado a sua visita ao Japão, seguiram-se outras polêmicas envolvendo a compensação há anos exigida às chamadas “mulheres de conforto”, bem como uma série de releituras japonesas feitas em seus livros escolares reescrevendo a história do passado colonial e novas controvérsias envolvendo também as Ilhas de Dokdo/Takeshima. A questão dos chamados colaboradores coreanos pró-Japão também estava entre as questões históricas a serem resolvidas, tendo como fator de fundo o fato desses colaboradores continuarem envolvidos no governo mesmo após a Segunda Guerra Mundial e compoendo a classe dominante do país durante a ditadura militar (ISHIZAKI; OKUDA; WATANABE, 2007). O auge dos antagonismos do período, contudo, deflagrou-se a partir das visitas do Primeiro Ministro japonês Junichiro Koizumi ao Santuário Yasukuni. A resposta de Roh aos crescentes sentimentos nacionalistas anti-japoneses se manifestou na

declaração pública de que nenhuma outra reunião da Coreia do Sul com o Primeiro Ministro ocorreria a menos que parassem as visitas ao santuário (ZHU, 2007).

Comitês de história foram estabelecidos dentro do Serviço Nacional de Inteligência sul-coreano e, em maio de 2005, foi criado o projeto de Lei para a Verdade e Reconciliação (conhecida como Lei da História), o qual tratava extensivamente sobre os principais incidentes – mortes, lesão corporal, desaparecimentos e outras violações de direitos humanos – ocorridos desde a época do Tratado de Eulsa em 1905 (Tratado Japão-Coreia) até incidentes recentes, abrangendo, portanto, um intervalo temporal de cem anos (ISHIZAKI; OKUDA; WATANABE, 2007). No mesmo ano, realizaram-se investigações e divulgações sobre o envolvimento de colaboradores pró-Japão nos incidentes, incluindo nomes importantes da política nacional, bem como fundadores de jornais importantes que criticavam severamente o governo Roh, como o jornal *Dong-AIlbo*.

O ano de 2005 fora anunciado como o “Ano da Amizade Japão-Coreia”, comemorativo ao 40º aniversário do Tratado de 1965 e da normalização das relações entre os dois, demonstrando como para Roh, inicialmente, era de interesse a evolução das relações com o Japão. No entanto, as controvérsias daquele ano geraram uma atmosfera tensa que tornou as relações Japão-Coreia mais desafiadoras e o ano de amizade tornou-se ano de tensões. Além disso, vieram a público, logo no início daquele ano, partes desconhecidas até então das negociações do Tratado de 1965, as quais revelaram inadequações graves na forma de “tratamento de pedidos de indenização individual por danos de guerra ao povo coreano” (ISHIZAKI; OKUDA; WATANABE, 2007, p. 64). Doravante os coreanos passaram a exigir a renegociação dos termos do Tratado e compensações individuais. Em resposta, o governo coreano chegou a anunciar medidas de suporte internas para as vítimas da guerra e estabeleceu uma política de exigir a responsabilização do Japão sobre o tema das mulheres de conforto, bem como reparações aos residentes coreanos em Sakhalin e aos sobreviventes da bomba atômica coreanos para quem o governo japonês chegou a anunciar que forneceria apoio.

Em fevereiro de 2005, a apresentação de um projeto de lei no Japão para tornar o dia 22 de fevereiro um novo feriado, o Dia de Takeshima, seguida pela afirmação, no mesmo dia, do embaixador japonês na Coreia do Sul de que “Takeshima é um território japonês” foram os eventos que incendiaram a reação coreana. Respondendo a essas ofensas, o presidente Roh declarou no aniversário do movimento de independência coreano em primeiro de março que o “o Japão deveria investigar a verdade do passado, desculpar-se sinceramente e repensar e compensar quando necessário” (ISHIZAKI;

OKUDA; WATANABE, 2007, p. 64). A mudança de postura de Roh em relação ao Japão tornou-se irreversível a partir desse momento. O Ministro de Relações Exteriores coreano, Ban Ki-Moon, adiou a visita ao Japão prevista e a cúpula entre os dois países, prevista para junho, também foi adiada, tendo em vista o agravamento das tensões. Quando a visita se concretizou no final de outubro, o ministro de Roh criticou duramente as visitas do Primeiro-Ministro japonês ao Santuário Yasukuni e exigiu que o Japão custeasse a construção de um novo memorial de guerra para o próximo ano.

O ápice do impasse ocorreu poucos dias depois, com a aprovação do decreto do Dia de Takeshima, o qual provocou novos protestos do público e governo coreanos. O protesto inicial foi acompanhado por um comunicado oficial exigindo a extinção da Lei. Não surtindo efeito, o Conselho de Segurança Nacional, sob controle direto da Casa Azul, lançou uma série de novas medidas para a política externa acerca do Japão, no qual se demandava uma “autorreflexão” japonesa e um pedido de desculpas formal sobre o tema, bem como outras questões históricas, medidas de compensação às mulheres de conforto e outros temas excluídos nas negociações do Tratado de 1965. Ademais, o governo coreano estabeleceu medidas para facilitar a entrada de coreanos em Dokdo/Takeshima (ISHIZAKI; OKUDA; WATANABE, 2007).

A controvérsia da posse das ilhas de Dokdo/Takeshima é considerada um ponto de disputa territorial histórica com grande carga emocional. Na ocasião do reacender da questão, Roh foi a rede televisiva nacional denunciar as políticas japonesas, adotando uma retórica de indignação e afirmando que as reivindicações de Tóquio como uma “nostalgia sombria” ao passado imperial e militarista, o que representaria uma ameaça para a paz da região como um todo. Além disso, Roh chegou a afirmar que, se necessária, aplicaria medidas “poderosas e severas” para impedir qualquer invasão japonesa às Ilhas. Os elementos de identificação de uma ameaça a um princípio, de necessidade de correção e de ameaça da diplomacia do ódio aparecem todos nesse episódio.

A revisão dos livros didáticos japoneses em abril de 2005, por sua vez, envolveu não só a distorção da opressão japonesa no período imperial, mas também a forma como era explicada a questão de Dokdo/Takeshima nesses materiais. Na perspectiva coreana, as versões revisadas incluíam menções as ilhas como um território japonês ilegalmente ocupado pela Coreia do Sul. Presidente Roh utilizou a oportunidade para atacar abertamente o governo japonês, por meio da publicação de uma carta aberta ao povo no site oficial do Executivo, na qual criticava o decreto do Dia de Takeshima e a nova triagem dos materiais didáticos japoneses “distorcidos” e vistos como “atos que

justificam a história de invasão e controle". Afirmava também que “não podemos ignorar a intenção deles de aderir à hegemonia” e “estamos prontos para entrar em uma dura guerra diplomática com o Japão” (ISHIZAKI; OKUDA; WATANABE, 2007).

Nessa linha, Roh procurou retomar a retórica profundamente nacionalista, capaz de inflamar os sentimentos anti-Japão na Coreia ao afirmar que tal reivindicação do Japão seria equivalente a uma reivindicação de um território colonial e, por conseguinte, a negação da completa independência coreana. O Japão, por sua vez, rebateu que tais alegações representam um conluio entre Coreia do Sul e China contra o seu país. O resultado disso é a dificuldade no período de Roh conseguir implementar a política da Coreia como o ator promotor do equilíbrio regional (ZHU, 2007).

O caso do presidente Roh parece representar uma característica clássica dos presidentes sul-coreanos que é a necessidade de aprovação popular por parte de seus líderes carismáticos. Como dito por Hermann (2013a, 2013c), líderes com esse perfil apresentam geralmente moderado foco na realização de tarefas e uma preocupação maior com a aprovação popular. Esse tipo de liderança se concentra na solução de problemas quando esses surgem, mas têm em mente a noção de quais as ideias mais populares no seu contexto. Se por um lado são mais flexíveis, por outro tendem a manipular o ambiente para permanecer no poder ou a se colocarem como vencedores.

A flexibilidade, o interesse em manipular o ambiente devido ao seu alto nível de interesse pelo poder e a necessidade de se colocar como vencedor são características visualizadas no governo de Roh em seus discursos anti-Japão a fim de inflamar a opinião pública sobre as problemáticas enumeradas anteriormente, tendo como objetivo aumentar os índices de aprovação do seu governo. Mesmo que não fosse útil a retaliação ao Japão para o objetivo de se tornar a potência moderadora regional, contrariando a ideologia de seu grupo, era de interesse realizar a tarefa de demonstrar indignação ao público a fim de aumentar a aprovação de seu governo.

O índice de aprovação de Roh encontrava-se baixo por uma série de problemas domésticos, entretanto é visível um aumento temporário nas pesquisas quando o presidente adotou postura de linha-dura em relação ao Japão (ISHIZAKI; OKUDA; WATANABE, 2007). O relatório de Chosun Ilbo (2005) mostrou que a porcentagem dos entrevistados que avaliavam o governo com bom aumentou ligeiramente até maio de 2005 (34,1%), mas caiu acentuadamente em outubro, seguido um ligeira melhora em dezembro do mesmo ano (22,6%). Em dezembro de 2005, 66,5% dos entrevistados avaliavam o governo Roh como ruim. (ISHIZAKI; OKUDA; WATANABE, 2007). A alta consistente dos índices de aprovação do governo até o mês de maio estava

relacionada à derrota de um pedido de impeachment da oposição contra Roh, apresentada em 2004 e anulada em maio de 2005. Contribuiu para o ambiente de derrota política para Roh as eleições para a Assembleia Nacional, as quais resultaram na derrota de assentos para o seu partido e em perdas de governabilidade para o seu mandato. A partir disso, a queda foi acentuada pelas reformas domésticas propostas por Roh que desagradaram o seu próprio eleitorado, a juventude coreana, que passou a abandoná-lo.

Cabe apontar, porém, como o nacionalismo anti-Japão foi empregado como um fator de união entre as duas Coreias, ponto importante para a política externa de Roh. Um dos pontos de discussão apresentados e acordados nas rodadas de conversações intercoreanas em 2004 - 2005 foi a articulação dos dois lados em matéria de cooperação no tocante às críticas ao Japão sobre questões históricas. No Dia da Libertação Nacional, feriado importante para os dois lados da Coreia, foi realizado um evento conjunto para comemorar o sexagésimo aniversário da libertação da Península do domínio colonial, criando uma atmosfera mais conciliatória. Essa postura reconciliatória pautada em um denominador comum – as controvérsias com o Japão - teve reflexos ligeiramente positivos nas relações entre os dois países visualizado na exclusão de expressões hostis à Coreia do Norte no livro Branco do Ministério da Defesa daquele ano (ISHIZAKI; OKUDA; WATANABE, 2007).

A relação Seul-Tóquio teve uma pequena melhora a partir da nomeação do novo Primeiro-Ministro no Japão, Shinzo Abe, em setembro de 2006. Logo no início do novo mandato ministerial, Abe visitou tanto a China como a Coreia do Sul, diminuindo o volume da retórica anti-Japão e abrindo espaço para retomada de relação estáveis entre os dois. Apesar de melhoras comparativamente ao mandato do Primeiro-Ministro japonês anterior, as problemáticas em disputa nunca foram eliminadas, seguindo como um ponto de tensão latente para a política regional. A candidatura do Japão a uma cadeira como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, por exemplo, sofreu significativa e reiterada oposição do presidente Roh, tanto em discursos domésticos quanto em declarações para o exterior (ISHIZAKI; OKUDA; WATANABE, 2007).

Os conflitos internos pelos quais passava o governo Roh foram ganhando maior volume, principalmente entre o Ministério de Relações Exteriores e o Conselho de Segurança Nacional acerca das relações que o país deveriam adotar com Estados Unidos e Coreia do Norte. Durante o mandato de Roh, os dois órgãos apresentaram comunicação difícil entre si, com grandes dificuldades de se estabelecer consensos para objetivos e estratégias comuns. As lutas burocráticas internas provocaram a substituição

de Yoon Young-kwan por Ban Ki-moon no Ministério de Relações Exteriores em 2004, mais disposto a negociações com os Estados Unidos, contudo há um aspecto pessoal que contribuiu para a saída do ex-ministro, envolvendo as críticas de um de seus subordinados nos Estados Unidos ao próprio presidente Roh e a falta de atitude do Ministro para repreendê-lo e alterar a situação (ZHU, 2007).

As lutas burocráticas na Coreia do Sul afetaram negativa e significativamente as políticas externas do país em relação à Tóquio, mas também à Washington e Pyongyang. Um dos indicadores disso foi descrito por Zhu (2007). Sempre que se lançava, por exemplo, uma declaração entre Estados Unidos e Coreia do Sul que sugerisse posições mais firmes em relação à Coreia do Norte, se seguia outra declaração, de outro porta-voz – como o Ministério da Unificação -, contradizendo o dito pelo outro Ministério e criticando a falta de flexibilidade dos norte-americanos em relação a um tema de tamanha sensibilidade. Essa divergência pública de posições, além de contraditória, prejudicou o desenvolvimento do projeto de tornar o país o mediador regional.

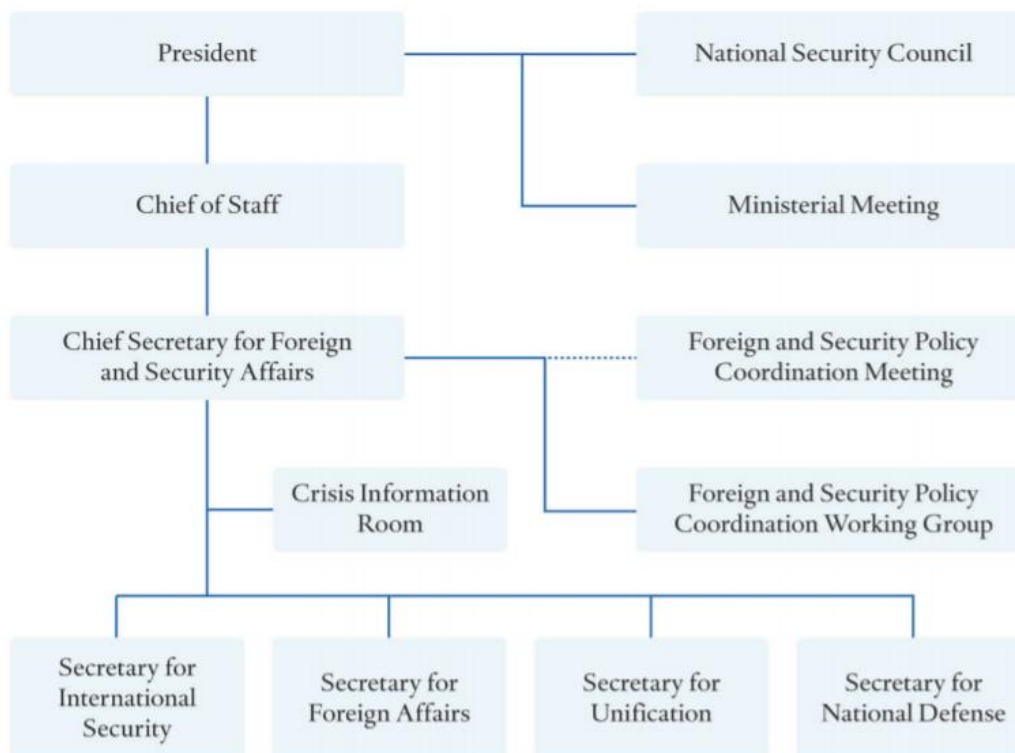
As controvérsias internas somadas ao uso de discursos e práticas nacionalistas para coibir adversários, causou a reação ao final de seu mandato de interpretarem a política de equilíbrio como controversa, arriscada e radical - uma vez que também tentava de diversas maneiras adotar políticas independentes em relação aos Estados Unidos. Ao fim, a combinação das opções políticas de Roh e o nacionalismo presente no cenário parecem ter contribuído para o acirramento das tensões do país com seus dois principais aliados estratégicos, Japão e Estados Unidos.

4.2.2 O governo Lee Myung-bak (2008 – 2013)

Diferente de seu antecessor em diversos aspectos, Lee Myung-bak chegou ao cenário político após uma carreira de prestígio como CEO de um dos maiores conglomerados da Coreia. O ex-presidente Lee é apontado na literatura como uma liderança de personalidade e vontades fortes e assertivas, com considerável automotivação (KIM, 2018; YANG, 2018). Segundo o que a matriz de Hermann (2013a) nos permite inferir, líderes com esse perfil tendem a ser mais confiantes em seus julgamentos, a enfatizar os resultados e a confiar apenas em assessores mais próximos que reiteram sua forma de pensar e ideologia. Lee conferia enorme valor à eficiência e à praticidade ao passo que confiava apenas nos membros de seu círculo próximo e raramente delegava poderes ou decisões a ministros e conselheiros (KIM, 2018). Além disso, o pragmatismo de Lee se misturava com a sua formação partidária

conservadora (YANG, 2018). Com personalidade competitiva e origens no estrato social mais rico do país, Lee tinha um viés mais elitista, na visão de alguns autores (KIM, 2018; YANG, 2018), contrastando com o populismo de diferentes níveis de seus predecessores. Tal conjunto de preferências resultou em um governo com estrutura compacta de tomada de decisão, como ilustrado na imagem 3.

Figura 3: Estrutura organizacional do governo Lee Myung-bak



Fonte: Kim, 2018.

A estrutura mais compacta também estava relacionada ao interesse do presidente em simplificar significativamente as operações de política externa e segurança. As funções do Conselho Nacional de Segurança foram reduzidas e as secretarias da Casa Azul organizadas em uma única estrutura. Contudo, essa reorganização mais enxuta também “significava que os ministérios e agências eram mais autônomos do que antes” (KIM, 2018, p. 30). O Ministério de Relações Exteriores, por exemplo, teve maior autonomia e o Serviço Nacional de Inteligência recuperou um pouco seu poder – também em virtude de sua relevância dado o momento de aumento da ocorrência de práticas chamadas de terrorismo, espionagem industrial e cibernética. Em contrapartida, se reduziu drasticamente o papel do Ministério da Unificação.

A política burocrática característica em outros mandatos foi também menor quando comparada com os governos anteriores. Apesar da redução dos ministérios e

agencias e da carência de mecanismos institucionais de coordenação, a ampliação das condições de segurança em resposta às provocações da Coreia do Norte dificultou a capacidade de grupos moderados dentro do governo pressionassem suas agendas contra a linha dura de Lee em relação ao Norte. Além disso, a maioria dos nomeados por Lee para as áreas de política externa e segurança tinham a mesma visão ideológica conservadora do presidente, a exemplo de Hyun In-taek, Ministro da Unificação, mas que, ao contrário da linha histórica do ministério, era um político da linha dura no tratamento da Coreia do Norte. Esses dois fatores são apontados para explicar a redução da ocorrência de políticas burocráticas (KIM, 2018).

É possível inferir com base no exposto acima que em termos de complexidade conceitual, Lee teria um perfil baixo nesse quesito, o que somado autoconfiança do presidente resultou em um governo, como descrito por Hermann (2013a, 2013b), movido também por princípios e causas definidas, ao passo que era fechado a sugestões externas; conseqüentemente, o governo apresentaria uma tendência a reinterpretar o ambiente para se adequar à sua visão de mundo. Assim como em outros governos com esse tipo de perfil de liderança, foi necessário incorrer em erros severos, os quais seriamente ameaçaram a sua imagem, para que a forma de conduzir temas de política externa no governo de Lee sofresse mudanças.

Eleito em 2008 pelo partido conservador Grande Partido Nacional (doravante referido como GPN), o mandato de Lee foi marcado por uma série de reformas econômicas radicais, incluindo propostas de acordos de livre comércio e privatização. Em agosto de 2008, manifestações de oposição ocorreram em virtude do acordo de livre comércio de carnes bovinas e de outras agendas de privatização, bem como ao estilo autoritário do governo na promoção dessas reformas, sem realizar as devidas consultas na população afetada (YANG, 2018).

No campo de política externa, Lee seguiu orientação oposta ao seu antecessor: reforçou a aliança do país com os Estados Unidos, adotou posturas mais firmes em relação à Coreia do Norte e objetivou melhorar as relações com o Japão. Ao todo, o plano de governo no tocante às relações exteriores incluía sete pontos, dentre os quais se destaca o princípio de pragmatismo diplomático baseado em interesses nacionais, e não em uma ideologia supostamente, a partir do qual se desprende o interesse de Lee em deixar no passado as controvérsias históricas com o Japão e adotar ações mais assertivas em relação ao país. Para além do Japão, essa doutrina visava a estabelecer relações mais fortes também com a Rússia e a China – potenciais vizinhas com os quais haveria

benefícios comuns nas áreas de segurança e cooperação econômica - ainda que se priorizassem as relações com os Estados Unidos (YANG, 2018).

Em sua primeira visita ao Japão como presidente, Lee demonstrou interesse em “construir relações Coreia-Japão voltadas para o futuro e uma parceria madura baseada em sua diplomacia pragmática de confiança e compreensão mútuas” (YANG, 2018, p. 130). Os dois países concordaram em retomar a diplomacia bilateral, fragilizada no mandato do presidente anterior, em áreas como livre comércio e criação de órgãos consultivos em temas de investimento e cooperação econômica, além de um embrião de cooperação no enfrentamento às ameaças nucleares da Coreia do Norte e outras questões.

Apesar da preocupação latente com a Coreia do Norte nunca ser completamente abandonada, o país deixou de ser objeto central da política externa da Coreia do Sul como o era desde o fim da Guerra da Coreia. A prioridade de Lee era promover a agenda liberal de abertura de mercados, privatizações e fortalecer relações com países liberais e a China. A exceção da questão da desnuclearização da Coreia do Norte, a qual era um elemento de importância para Lee, seu governo em geral não se interessava pelo Norte, o que levou, eventualmente, a integração do Ministério da Unificação ao Ministério de Relações Exteriores e Comércio em uma demonstração do papel reduzido que a pasta da unificação tinha para si. Nos anos seguintes, as decisões pessoais de Lee Myung-Bak como presidente foram a adoção de uma linha mais dura com a Coreia do Norte – a partir da escalada dos testes nucleares -, mantendo políticas que garantissem uma economia forte e resiliente à crise econômica de 2008 e fortalecessem as relações regionais da Coreia como uma potência média.

Essa revisão das escolhas tomadas por Lee em seu governo demonstram a sua crença na capacidade de controlar o rumo dos eventos e uma baixa necessidade de poder, isto é, de ser visto como vitorioso em detrimento às relações com um suposto rival - o Japão. Hermann (2013a) nos indica que líderes com essa combinação de alta crença no controle de rumos dos eventos e motivação ligada às relações possíveis de se gerar (ao invés de manutenção da popularidade interna estritamente), tendem a ser mais ativos na formulação de políticas externas, assumindo o controle de eventos e desafiando as restrições, mas não se saem bem nos trabalhos de bastidores para angariar o apoio necessário. A centralização de Lee de pautas de política externa, a redução do número de ministérios - embora tivessem determinado nível de autonomia, era uma ação controlada dentro do seu plano previamente estabelecido -, compostos por membros de seu círculo íntimo com os quais Lee tinha estreita afinidade ideológica.

Além disso, as políticas elegidas, entendidas por muitos como pró-Japão, e suas tentativas de desafiar a restrição da opinião pública sobre o tema, aliada a falta de transparência e de habilidade de negociação de Lee – já vista no plano econômico e que se traduziria também para o campo da política externa – teve seu episódio mais grave ao final do seu mandato.

No quarto ano do mandato de Lee, em 2012, como já descrito, o cenário era diferente do apresentado no início do governo. Foi um ano problemático para as relações Coreia do Sul e Japão, a partir da tentativa de estabelecimento de um acordo bilateral em matéria de segurança a fim de enfrentar o que eram consideradas ameaças mútuas na época: os testes de mísseis e nucleares da Coreia do Norte e o aumento significativo de poder da China. O Acordo Geral de Segurança de Informações Militares (GSOMIA) foi suspenso devido à forte oposição interna na Coreia, o que interrompeu não só o acordo de 2012, mas comprometeu também outras tratativas de acordos securitários naquele período.

Assim, a cooperação militar entre os dois países no período temporal estudado permaneceu muito limitada. O GSOMIA previa o compartilhamento de inteligência militar entre os dois Estados, mas sua assinatura foi adiada uma hora antes do horário acordado. Como também já descrito, o alto nível de nacionalismo em torno das ilhas Dokdo para os coreanos foi um tema que dificultou significativamente a capacidade de ação dos líderes sul-coreanos, os quais não querem se opor à opinião pública doméstica em questões de segurança com o Japão. Essa premissa está especialmente presente quando um presidente em exercício está politicamente vulnerável domesticamente. No caso do presidente Lee, não obstante o acordo GSOMIA fosse particularmente interessante em matéria de inteligência sobre a Coreia do Norte, isso não foi suficiente para a sobrevivência do acordo. Destarte, a disputa entre as ilhas Dokdo/Takeshima seguiu sendo no governo Lee o ponto mais sensível nas relações diplomáticas e securitárias entre Coreia do Sul e Japão (ASAN INSTITUTE FOR POLICY STUDIES, 2012; WIEGAND, 2015).

As ilhas Dokdo/Takeshima são um território relativamente pequeno no Mar Leste/Mar do Japão, relativamente equidistante entre o Japão e a Coreia. O Japão tem reivindicado as ilhas desde 1952 quando denunciou a chamada Linha de Paz proclamada pelos coreanos, a qual determinava a soberania da Coreia sobre grande parte do Mar, incluindo as águas ao redor de Dokdo/Takeshima. Apesar disso, a questão das ilhas só teve repercussões significativas a partir da década de 1990. Por muito tempo, a posição de Seul foi negar qualquer tipo de negociação sobre o tema,

entendendo Dokdo/Takeshima como um território cuja soberania coreana seria “irrefutável” (WIEGAND, 2015). Percebe-se do lado coreano que o nacionalismo em torno de Dokdo/Takeshima inclui o uso de supostas evidências de propriedade histórica coreana das ilhas datando de 512 d.C., argumentação tanto do governo, quanto de ativistas e acadêmicos. A ambiguidade do Tratado de São Francisco (em vigor desde 1952) contribuiu também, em parte, para essa situação, uma vez que não especificou se as ilhas seriam território japonês ou coreano, abrindo um enorme espaço para ambiguidade e interpretações.

A incapacidade dos dois países em estabelecer o acordo de segurança pode ser resultado também, na visão de alguns autores, de problemas legislativos e procedimentais na Coreia do Sul devido à falta de comunicação adequada entre os órgãos envolvidos e a carência de transparência do Executivo com a Assembleia Nacional em relação ao tratado (SHEEN; KIM, 2012; WIEGAND, 2012). Entretanto, parece pouco provável que a causa da suspensão do tratado se encontre apenas na falta de transparência ou em erros burocráticos. O discurso do presidente Lee Myung-Bak após o início dos protestos não apenas contradisse sua disposição inicial de assinar o GSOMIA com o Japão, como adotou um tom duro sobre o país e a situação de Dokdo. Verificou-se, a partir desse episódio, a adoção da diplomacia da raiva no governo Lee, não empregada até aquele momento com o Japão. Entretanto, diferente de seu antecessor, Lee parece ter empregado o discurso como uma forma de defesa do que por sentimentos nacionalistas pessoas propriamente.

Assim, embora seu perfil fosse pragmático, assim como seus antecessores, Lee estava limitado ao nacionalismo do público e, por conta disso, teria adotado em um segundo momento mecanismos diplomáticos mais motivados pela necessidade de defender-se domesticamente do que por um desejo real de reparação do Japão. Sabendo dessas limitações desde o início, as negociações do tratado GSOMIA foram secretas por medo do efeito do acordo na opinião pública sobre o governo. A preocupação em realizar as negociações em particular reflete o temor de que, se tornadas públicas, as negociações não evoluiriam. (WIEGAND, 2012). A suposta falta de transparência nesse caso, portanto, não foi uma falha do sistema político, mas um cálculo político.

Uma vez que a reeleição não é possível para a presidência na Coreia do Sul, a preocupação dos presidentes no final do seu mandato parece ser com a manutenção do seu partido no poder e em qual o legado de seu governo para a história. Lee Myung-bak, neste caso, adotou um discurso mais duro com o Japão e chegou a visitar as ilhas Dokdo/Takeshima no final do seu mandato, poucos dias antes do feriado de libertação

da Coreia, contradizendo sua proposta de política externa inicial de pragmatismo e busca por relações mais cordiais com o vizinho que deixassem as divergências históricas no passado (CHOE, 2012; WIEGAND, 2012). O objetivo parece ter sido tentar garantir que seu mandato não fosse lembrado como o de um governo pró-Japão e garantir a manutenção de seu partido no poder, o que de fato aconteceu com a eleição de Park Geun-hye em 2013.

A oposição ao tratado GSOMIA foi rápida e eficiente, mudando em um curtíssimo espaço de tempo a decisão de assiná-lo. Contudo, a rejeição ao acordo não foi o único revés político ao governo. Partidos de oposição aproveitaram o cenário para exigir as renúncias do Primeiro-Ministro e do Ministro de Relações Exteriores e Comércio. Não houve quórum suficiente para a votação, mas a oposição também exigiu um pedido de desculpas do presidente Lee, que transferiu toda a culpa da falta de transparência na negociação do tratado para o Ministério de Relações Exteriores e Comércio. Lee estava no que se pode chamar uma posição política desfavorável, com avaliações muito baixas nas pesquisas devido a escândalos de corrupção envolvendo pessoas do seu círculo íntimo e denúncias de monitoramento ilegal de cidadãos pelo governo (WIEGAND, 2012).

Entretanto, por meio dos indicadores de Hermann (2013b), é preciso lembrar que, embora não se declarasse um nacionalista e afirmasse estar aberto a negociações com o Japão, um dos critérios para um perfil de elevado nacionalismo é um sentimento de personalismo da pessoa ou grupo em relação ao país, pelo qual se algo atinge a nação é também interpretado como uma ameaça ao poder e prestígio do líder. Assim como em Roh, para Lee seu prestígio e a manutenção do poder de seu grupo eram duas prioridades. Além disso, a procura por apenas conselheiros alinhados com seus interesses, que seguiriam ideologias pré-definidas, é outro indicador apontado por Hermann (2013b) de nacionalismo que parece ser identificado no caso de Lee. Ou seja, embora não seja uma das personalidades com maior perfil nacionalista na história do país, as manobras de política externa adotadas por Lee ao final do seu mandato seriam resultado de pressões domésticas nacionalistas, mas também de seu próprio moderado nível de nacionalismo.

Desse modo, não é de surpreender a decisão de Lee em abandonar o GSOMIA considerando também a posição de elevada vulnerabilidade doméstica em que se encontrava. A visita as ilhas na sequência – a primeira vez que um líder coreano as visitou – ajudou expressivamente a melhorar os índices de aprovação do governo, que subiram vertiginosamente para 83,6% (KIM; FRIEDHOFF, 2012). Contribuiu para isso

também a postura dura de exigências de pedidos de desculpas ao Imperador do Japão sobre a questão colonial e a guerra. Assim, a preocupação com a vulnerabilidade doméstica ocasionada pelo nacionalismo em torno do antagonismo ao Japão, da população em geral e de Lee em menor escala, surtiu o efeito de mudar drasticamente a política externa no final do mandato, alterando drasticamente a percepção de seu governo e elevando os índices de aprovação interna em detrimento dos benefícios que o país poderia ter se estreitasse laços com Tóquio em temas de segurança.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As páginas anteriores buscaram apresentar os padrões de interação conturbados entre a Coreia do Sul e o Japão. O cenário doméstico sul-coreano revela sua influência sobre a política externa do país no tocante ao Japão quando essas políticas estão ligadas, de algum modo, a controvérsias entre os dois países. Fica evidente que esse processo se configurou ao longo do último século de história complexa entre os dois países, sendo potencializada no período 2003 a 2013, embora não se excluam possibilidades de outros fatores regionais também contribuírem em alguma medida para as decisões de política externa verificadas.

Ainda que claramente relevantes para a compreensão abrangente da inserção regional sul-coreana no continente asiático, estava fora do escopo do trabalho analisar em profundidade as relações do país com os Estados Unidos e a China, por exemplo, optando-se por ressaltar alguns pontos de influência desses dois países quando julgou-se adequado para a compreensão geral de determinada questão. Assim, seria um tema para potenciais estudos averiguar a interação regional da Coreia com outros países além do Japão, bem como seu projeto de lançar-se como potência regional, a fim de compreender mais pontos que certamente também influenciam os presidentes e a identidade sul-coreana.

A descrição do modo como a identidade sul-coreana foi construída indica que houve interesse em manter certas narrativas de antagonismo ao vizinho com a intenção de legitimar a manutenção interna de regimes não democráticos em um primeiro momento, mas esse intuito resultou em restrições aos governos posteriores. Identificou-se com isso a participação do nacionalismo, com vieses ora étnicos ora cívicos, de acordo com o grupo geracional envolvido, na configuração dessa identidade e presente até o final do período estudado. O nacionalismo cosmopolita, por sua vez, ainda é incipiente no cenário sul-coreano no período analisado, apresentando maior força e expressividade no cenário de política externa, potencialmente, nos mandatos seguintes, uma vez que está ligado às demandas da gerações mais jovens do país, as quais têm ganhado maior capacidade de influência na arena política.

O nacionalismo anticolonial de Miller (2014) está claramente presente no contexto sul-coreano até o presente. O nacionalismo relaciona-se com a política externa estabelecendo a ligação entre traumas do passado com o futuro, resultantes do período de colonização (1910 – 1945) e das pobres tentativas de reparação histórica feitas até o

momento. Resulta disso uma ferida mal tratada com remédios sem prescrição apropriada, isto é, acordos sem consultas a população e ligados a motivações governamentais sul-coreanas visado ao curto prazo e às necessidades urgentes do país em determinados momentos históricos. O tema das ilhas Dokdo/Takeshima aparece como um elemento de disputa histórica com uma grande carga emocional envolvida e central para o desencadeamento da oposição doméstica sul-coreana a tratados em matéria de segurança com o Japão.

O estilo de governantes do país somado aos poderes concedidos a esses indivíduos constitucionalmente corresponde a uma parcela da justificativa para o fenômeno, uma vez que a tomada de decisões é centralizada em uma figura, a do presidente – e, eventualmente, em seus assessores diretos -, o qual está suscetível, em maior ou menor escala, às restrições do sistema político doméstico. Nesse sentido, desprende-se que, mesmo quando há benefícios mútuos visíveis entre os dois países em estabelecer políticas de cooperação em matéria de segurança, os desafios no âmbito interno, pelo menos no que se refere a Coreia do Sul, permaneceram latentes ao longo daqueles anos.

O nacionalismo nem sempre resulta em restrições políticas para um país, em outros casos e temas pode, ao contrário, ser empregado como mecanismo catalizador de maior força política para os líderes sustentarem suas posições internacionalmente e, dessa forma, alcançarem objetivos de política externa. De fato, o nacionalismo, como visto na primeira seção do capítulo quatro, foi empregado no pós Guerra da Coreia como instrumento de legitimação política e manutenção de governos, inclusive ditatoriais. Esse não parece ter sido o caso, contudo, dos dois mandatos analisados no que se refere a objetivos de política externa para o Japão.

O objetivo de entender o nacionalismo no contexto sul-coreano, quais seus mecanismos de estímulo e força sobre a política externa do país foram apresentados, especialmente no penúltimo capítulo, verificando-se que esses mecanismos estão centrados em elementos do passado sensíveis para a população, os quais requerem cautela dos presidentes quando tratando a respeito. Além disso, o objetivo de identificar as motivações políticas dos presidentes foi alcançado - estando essas diretamente ligadas ao fenômeno mencionado acima -, revelando um alto grau de restrição doméstica em ambos os mandatos, mesmo que os dois tivessem motivações políticas significativamente opostas. Com isso, foi possível apresentar uma descrição do cenário político doméstico sul-coreano, o qual é capaz de influenciar a política externa do país

para o Japão, e a ocorrência de controvérsias políticas, as quais, por sua vez, resultaram em consequências econômicas e políticas para o Estado.

Nota-se que o governo de Roh Moo-hyun foi marcado por tentativas, no início do mandato, de promoção de relações mais amistosas e cordiais com o Japão, em um contexto de aniversário do tratado de 1965. Entretanto, essa tentativa faleceu logo nos primeiros meses do ano de 2005, por conta de movimentos japoneses, vistos como ameaças a um princípio-chave dos sul-coreanos, nos episódios de tentativa de criação do Dia de Takeshima, na revisão historiográfica e em outras controvérsias daquele ano. A retórica nacionalista do presidente aparece como resultante, em um primeiro momento, de uma necessidade de demonstrar retaliação, mas também do nacionalismo do próprio indivíduo, uma vez que Roh empregara esse discurso desde a sua eleição sempre que o julgava necessário para manter sua aprovação popular alta. Mesmo que não fosse útil a retaliação ao Japão para o seu objetivo de tornar a Coreia uma potência regional, esse mecanismo foi útil, por outro lado, para outro objetivo do presidente que era melhorar as relações do país com a Coreia do Norte.

O presidente Lee Myung Bak, por sua vez, tinha uma agenda de política externa oposta a do seu antecessor, visando à aproximação com o Japão com a finalidade de melhor promover sua agenda liberal na economia. Lee fugiu das abordagens nacionalistas o máximo que pode, evitando temas delicados com o Japão publicamente e reduzindo a relevância da pauta da unificação, ambos temas característicos dos governos nacionalistas até então. Contudo, é evidente que a elevada vulnerabilidade doméstica, causada pela controvérsia do GSOMIA e outros escândalos de corrupção, bem como o estilo pessoal de necessidade de manutenção de prestígio e do legado do seu governo, foram suficientes para provocar uma mudança abrupta e significativa de postura de Lee no final do mandato. Assim, em questão de algumas horas, o apoio do presidente ao acordo com o Japão e a forma como endereçava seus discursos para o vizinho mudaram drasticamente, adotando, ainda que em escala menos agressiva do que o seu antecessor, elementos do discursos da raiva e do nacionalismo anticolonial.

A compreensão global das dificuldades para relações bilaterais entre os dois países, porém, demandaria estudar também a resposta japonesa a essas questões, tema para pesquisas futuras. Também seriam necessários mais estudos para descrever a fundo a composição, mensurar o tamanho e o grau de coesão da opinião do público e das elites coreanas envolvidas para entender como os seus interesses se relacionam com a manutenção ou criação dessas restrições, bem como as diretrizes e pautas dos partidos políticos atuantes na arena política sul-coreana.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. **Nação e Consciência Nacional**. Londres: Editora Verso, 1983.
- ARON, R. **Paz e Guerra entre as Nações**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- ASAN INSTITUTE FOR POLICY STUDIES. South Korea in a changing world: foreign affairs. In: Results of the Asan Institute's 2012 Annual Survey of South Korean Public Opinion. Seul: Asan Institute for Policy Studies, p. 120, 2012.
- BROWN, D. **Contemporary Nationalism: Civic, Ethnocultural, and Multicultural Politics**. Londres: Routledge, 2000.
- BRUBAKER, R. Migrations of Ethnic Unmixing in the "New Europe". **International Migration Review**, [s.l.], v. 32, n. 4, p. 1047-1065, dez. 1998.
- CAMPBELL, E. The end of ethnic nationalism? Changing conceptions of national identity and belonging among young South Koreans. **Nations and Nationalism**, [s.l.], v. 21, n. 3, p. 483-502, 22 jun. 2015.
- CAMPBELL, E. **South Korea's New Nationalism: The End of "One Korea"?**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2016.
- CARR, E. H. **Vinte Anos de Crise: 1919 – 1939**. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- CHA, V. D. Bridging the gap: the strategic context of the 1965 Korea-Japan normalization treaty. **Korean Studies**, [s.l.], v. 20, n. 1, p. 123-160, 1996.
- CHOE, S. H. South Korean's visit to disputed islets angers Japan. **The New York Times**, 12 ago. 2012. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2012/08/11/world/asia/south-koreans-visit-to-disputed-islets-angers-japan.html>>. Acesso em: 16 mar. 2021.
- CLIFFORD, M. L. **Troubled Tiger: Businessmen, Bureaucrats and Generals in South Korea**. Nova York: Routledge, 1998.
- CUMINGS, B. **Korea's Place in the Sun: A Modern History**. New York: W.W. Norton, 1997.
- EM, H. **Minjok as a Modern and Democratic Construct: Sin Chaeho's Historiography**. Cambridge: Harvard University Asia Center, 1999.
- GARCÍA-ZIEMSEN, R. 1955: Doutrina de Hallstein. **DW**, Alemanha, 23 set. 2014. Calendário Histórico, não paginado. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/2geA>>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- GELLNER, E. **Nações e Nacionalismo**. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

GREENFELD, L. **Nationalism**: Five roads to modernity. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

HAAS, E. B. What is nationalism and why should we study it?. **International Organization**, v. 40, n. 3, 1986, 707-744.

HALL, T. D. **Emotional Diplomacy**: official emotion on the international stage. Ithaca: Cornell University Press, 2015.

HERMANN, M. Assessing Leadership Style: Trait Analysis. In: POST, J. M (Edit.) **The psychological assessment of political leaders**: with profiles of Saddam Hussein and Bill Clinton. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2003a, p. 178 – 214.

HERMANN, M. Saddam Hussein's Leadership Style. In: POST, J. M (Edit.) **The psychological assessment of political leaders**: with profiles of Saddam Hussein and Bill Clinton. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2003b, p. 375 – 386.

HERMANN, M. William Jefferson Clinton's Leadership Style. In: POST, J. M (Edit.) **The psychological assessment of political leaders**: with profiles of Saddam Hussein and Bill Clinton. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2003c, p. 326 – 336.

HUDDY, L.; KHATIB, N. American patriotism, national identity, and political involvement. **American Journal of Political Science**, [s.l.], v. 51, n. 1, 2007, p. 63-77.

ISHIZAKI, N.; OKUDA, S.; WATANABE, Y. The Fluctuating Domestic and Foreign Policy of President Roh Moo-Hyun. In: **Yearbook of Asian Affairs 2006**. Institute of Developing Economies, JETRO, 2007.

JENKINS, R.; SMITH, A. D. The Ethnic Origins of Nations. **The British Journal of Sociology**, [s.l.], v. 39, n. 4, dez. 1988.

JOHNSTON, A. I. Is China a Status Quo Power?. **International Security**, [s.l.], v. 27, n. 4, 2003, p. 5–56.

KEDOURIE, E. **Nationalism in Asia and Africa**. Nova York: Editora Meridian, 1970.

KIL, S. H.; MOON, C. **Understanding Korean Politics**: an introduction. Nova York: State University of New York Press, 2001.

KIM, J.; FRIEDHOFF, K. The Asan Monthly Opinion Survey. Seoul: Asan Institute for Policy Studies, abr. 2012.

KIM, S. C. Endangering alliance or risking proliferation?: Us Japan and us Korea nuclear energy cooperation agreements. **The Pacific Review**, [s.l.], v. 30, n. 5, p. 692-709, 25 fev. 2017.

KIM, Y. O. Bureaucratic Politics in South Korean Foreign Policy–Making. In: SNYDER, S. A. (Org.). **Domestic Constraints on South Korean Foreign Policy**. Nova York: Council on Foreign Affairs, jan. 2018, p. 20 –37.

KOH, B. C. The Foreign and Unification Policies of the Republic of Korea. In: KIL, S. H.; MOON, C. **Understanding Korean Politics: an introduction**. Nova York: State University of New York Press, 2001, p. 231 - 268.

KONG, T. Y. The Politics of Economic Reform in South Korea: a fragile miracle. Nova York: Routledge, 2000.

LEE, G. Strengthening the National Assembly's Influence on South Korean Foreign Policy. In: SNYDER, S. A. (Org.). **Domestic Constraints on South Korean Foreign Policy**. Nova York: Council on Foreign Affairs, jan. 2018a, p. 4 – 19.

LEE, J. **Foreign Policymaking in South Korea**. The National Bureau of Asian Research. 8 abr. 2020. Disponível em: <nbr.org/publication/foreign-policymaking-in-south-korea/>. Acesso em: 10 mar. 2020.

LEE, Y. What Brought Them Together? Comparative Analysis of the Normalization Processes of North Korea-Japan and South Korea-Japan. **The Korean Journal of International Studies**, [s.l.], v. 16, n. 3, p. 411-433, dez. 2018.

MIDDLETON, L. South Korean Foreign Policy. In: KIM, D. J. et al. (eds.) **The Korean Peninsula in Transition**. [s.l.], Dae Hwan Kim and Tat Yan Kong, 1997, p. 149-171.

MILLER, M. C. **Wronged by empire: post-imperial ideology and foreign policy in India and China**. Stanford: Stanford University Press, 2014.

MONROE, K. R.; MARTIN, A.; GHOSH, P. Politics and an Innate Moral Sense. **Political Research Quarterly**, [s.l.], v. 62, n. 3, 2009, p. 614-634.

MORGENTHAU, H. A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MYLONAS, H.; KUO, K. Nationalism and Foreign Policy. IN: TIES, C. G. (ed.). **Oxford Research Encyclopedia of Politics**, [s.l.], v. 2, p. 223-242, 2018. Oxford University Press.

NAM, S. Y. **As relações diplomáticas entre a Coreia do Sul e o Japão: o caso das 'Mulheres de Conforto' da Coreia**. 2018. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018.

ODA, E. Condições Estruturais do Nacionalismo Japonês Recente. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [s.l.], n. 103, p. 11-38, abr. 2018.

PAUTASSO, D.; NOGARA, T. S. Coreia do Sul, Japão e as feridas abertas da colonização. **Opera Mundi**. [s.l.], 10 nov. 2019. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/analise/61536/coreia-do-sul-japao-e-as-feridas-abertas-da-colonizacao>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

POST, J.M.; WALKER, S. G.; WINTER, D. G. Profiling Political Leaders: An Introduction. In: POST, J. M (Edit.) **The psychological assessment of political**

leaders: with profiles of Saddam Hussein and Bill Clinton. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2003, p. 10 – 12.

RENSHON, S. *The Political Psychology of the Gulf War: Leaders, Publics, and the Process of Conflict*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1993.

REYNOLDS, I. **Why Japan's Feud with South Korea Isn't Going Away**. Bloomberg, ago. 2020.

ROBINSON, M. E. **Cultural Nationalism in Colonial Korea, 1920-1925**. Seattle: University of Washington Press, 1988.

SAKAKI, A. Japan-South Korea Relations – A Downward Spiral. **SWP Comment**, Berlim, n. 35, p. 1-7, ago. 2019.

SAVADA, A. M.; SHAW, W. Cultural Identity. In: SAVADA, A. M.; SHAW, W. (Edit). **South Korea: a country study**. Washington: GPO for the Library of Congress, 1990. Disponível em: <<http://countrystudies.us/south-korea/>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SHEEN, S.; KIM, J. What went wrong with the ROK-Japan military pact? **Asia Pacific Bulletin**, n. 176, 31 jul. 2012.

SHIN, G. W. **Ethnic Nationalism in Korea: Genealogy, Politics, and Legacy**. Stanford: Stanford University Press, 2006.

SMITH, A. **The Cultural Foundations of Nations: Hierarchy, Covenant, and Republic**. Oxford: Blackwell Publishing, 2008.

SOUTH KOREA. [Constituição (1948)]. UNESCO. Constitution of the Republic of Korea. Seoul: UNESCO repository, 2020. Disponível em: <<http://www.unesco.org/education/edurights/media/docs/4b4abd5424bc5613231d4a3e93db0af3597e51a9.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2020.

TULLY, D. G. **Not Just Nationalism: Values and Goals in South Korean Public Opinion**. 2012. Dissertação (Doutorado em Filosofia) – Ciências Políticas, Northwestern University, Evanston, 2012.

VISENTINI, P. **O Dragão Chinês e o Elefante Indiano**. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2011.

WIEGAND, K. E.. The South Korean–Japanese security relationship and the Dokdo/Takeshima islets dispute. **The Pacific Review**, [s.l.], v. 28, n. 3, p. 347-366, 26 fev. 2015.

WINTER, D. G. *Roots of War: Wanting Power, Seeing Threat, Justifying Force*. Nova York: Oxford University Press, 2003.

WOODWELL, D. **Nationalism in international relations: Norms, foreign policy, and enmity**. New York: Springer, 2007.

YACK, B. **Nationalism and the Moral Psychology of Community**. Chicago: Chicago University Press, 2012.

YANG, E. South Korean Government Under the Former CEO, President Lee Myung-Bak. **UNISCI Discussion Papers**, n. 18, p. 127 – 132, out. 2018.

ZHU, Z. Small Power, Big Ambition: South Korea's role in Northeast Asian security under president Roh Moo-hyun. **Asian Affairs: an American Review**, [s.l.], v. 34, n. 2, p. 67-86, jul. 2007.